



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 26 – nº 98 – Março 2015

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Migrações, religiões e violência

PORTUGUÊS	3
Religiosa dedica-se à inclusão dos Migrantes que chegam a Caxias do Sul	3
Muçulmanos da Suíça entre condenação e autocrítica.....	5
Os refugiados cristãos que têm de aprender sueco.....	7
O Silencioso Genocídio de uma Etnia em Mianmar	8
Scalabrinianas acolhem "carne de Cristo" na Sicília	9
ENGLISH	9
Religious Groups Share Common Goal: Assisting Immigrants.....	9
At Honduran airport, church workers welcome migrants deported from U.S.	11
Philippine Catholic Church struggles with social costs of labour migration	12
Persecution Defines Life for Yemen's Remaining Jews.....	13
Haitian archbishop sees new church projects as hopeful sign after quake.....	15
French Muslims caught between Islamophobia and extremism	16
ESPAÑOL	18
La religión, ¿facilita o entorpece la integración de los inmigrantes?	18
Miles de cristianos iraquíes, perseguidos por EI, huyen a Jordania.....	20
Los cristianos en el mundo árabe: una especie en extinción	21
Los sijs, víctimas de persecución religiosa en Pakistán	23
El Papa lamentó la violencia terrorista en Nigeria	24
ITALIANO	25
Nel 2030 l'Europa sarà davvero islamica? Ecco cosa ci dice la demografia.....	25
Attacco alla libertà di Culto	27
Padre Mussie, "L' Ancora" dei profughi	28
Niente velo a scuola? Il preside fa marcia indietro, "È una discriminazione"	29
E la Bibbia accoglie lo straniero	29
Islam-terrorismo, l'ingiusta equazione	31

EDITORIAL

A questão religiosa tornou-se novamente objeto de amplos e acirrados debates em nível mundial devido aos recentes atentados contra o Charlie Hebdo na França, a violência do Estado Islâmico, a perseguição de minorias religiosas em vários países, os crimes cometidos na Nigéria pelo Boko Haram, entre outros fatores.

Em todos esses casos parece haver um estrito nexos entre religião e violência. De forma específica, boa parte das manchetes e dos artigos dos jornais do mundo ocidental enfatizam a crescente difusão do assim chamado “fundamentalismo islâmico”, bem como da relação entre a religião muçulmana e o “terrorismo internacional”.

O binômio terrorismo/islã acaba envolvendo também a questão migratória. A suposta violência do islã está se difundindo pelo mundo mediante as migrações internacionais? Há quem acredite num lento processo de islamização da Europa, conforme a “profecia” atribuída a Kadafi: “há sinais de que Alá garantirá a vitória ao Islã na Europa sem espadas, sem armas, sem conquistas. Não precisamos de terroristas ou de bombas homicidas. Os mais de 50 milhões de muçulmanos da Europa a transformarão num continente islâmico em poucas décadas”.

Esta última afirmação traz à tona um último aspecto: a questão da integração ou incorporação dos imigrantes nas sociedades de recepção. Em outros termos, a expressiva presença de estrangeiros oriundos de países com uma diferente cultura e religião prejudica a assim chamada “identidade nacional”?

Apesar da amplitude e complexidade dos assuntos supracitados, alguns aspectos merecem aqui ser destacados. Em primeiro lugar, a relação entre violência e religião não nos parece automática e tampouco evidente. As religiões, por vezes, disponibilizam a gramática do discurso religioso (PACE, 2004) para sustentar as políticas de identidade nacional e étnica ou legitimar determinados conflitos, que são geralmente motivados por razões políticas, econômicas ou sociais em decorrência de determinadas circunstâncias (TODOROV, 2010). Perguntamos-nos, nesta ótica, até que ponto a assim chamada “islamização dos problemas sociais” (RAMADAM, 2008) não tenha se transformado em uma ferramenta que visa encobrir as reais causas dos conflitos, causas que podem ser facilmente identificadas nas sangrentas políticas de cunho neoliberal, nas violências e nas humilhações do período colonial (TODOROV, 2010) ou, mais propriamente, na irresponsável política externa do mundo ocidental em relação aos países árabes e/ou muçulmanos na segunda metade do século passado e no começo do atual.

Enfim, estamos diante de um conflito de civilizações (HUNTINGTON, 1997) ou dos efeitos colaterais da nova ordem mundial de cunho neoliberal e do imperialismo ocidental? O mundo muçulmano, com 1,6 bilhão de fieis espalhados pelo mundo inteiro (PEW RESEARCH CENTER, 2012), pode ser julgado e essencializado a partir do comportamento de 0,0019% de seus seguidores (estima-se que o Estado Islâmico seja formado por cerca de 30 mil membros)?

A complexidade dessas perguntas deve nos alertar sobre respostas demasiado simplistas. Eventos sociais que envolvem questões relacionadas com a política, a economia, a cultura, a religião, as relações internacionais e, até, a psicologia devem ser analisados com o devido cuidado. No entanto, é importante enfatizar como a unilateralidade e miopia da mídia ocidental está alimentando um clima de generalizada islamofobia que frequentemente confunde causas e efeitos, vítimas e carrascos, correndo o risco de fortalecer as causas reais da violência – física e simbólica, individual e estrutural. Esse clima tem evidentes repercussões no âmbito da política, como atestado pelo expressivo aumento de leis que marginalizam a população islâmica e dificultam cada vez mais a prática de seus preceitos religiosos – por exemplo, a proibição do abate Halal na Dinamarca, em 2014; a decisão do Tribunal Estadual de Colônia, na Alemanha, em 2012, de proibir a circuncisão masculina enquanto lesão corporal – decisão posteriormente modificada mediante uma emenda de lei; a assim chamada “lei anti-mesquitas” da região Lombardia, na Itália, em 2015, que criou numerosos empecilhos à ereção de novos locais de culto.

Estas últimas reflexões nos levam para a questão migratória. Na ótica islamófoba a imigração muçulmana provoca uma degradação das identidades nacionais europeias, uma degradação que só pode ser evitada reduzindo os fluxos e estabelecendo rígidas políticas de assimilação (ZEMMOUR, 2015), mesmo que isso implique a explícita violação da liberdade religiosa. O que não deixa de ser paradoxal, pois a teoria dos “Clash of Civilizations” e, sobretudo, o assim chamado “capital do medo” (BAUMAN, 2007), acumulado desde os atentados contra as Torres Gêmeas, são utilizados de forma instrumental a fim de legitimar políticas que, ao contrário, seriam consideradas como sendo abertamente contrárias à “identidade europeia”, uma identidade focada na imprescindível defesa dos direitos humanos.

Na realidade, uma leitura mais objetiva e fundamentada, do fenômeno religioso revela que a religião, inclusive aquela muçulmana, pode exercer um importante papel em termos de integração dos migrantes nas sociedades de acolhida, oferecendo sentido e paradigmas de interpretação da nova realidade; fortalecendo o migrante diante dos desafios inerentes ao deslocamento e, desta forma, evitando sua desestruturação psíquica; garantindo redes sociais e étnicas que, em geral, constituem pontes entre o velho, da sociedade de origem, e o novo, da sociedade de acolhida, além de constituírem espaços de relações primárias de solidariedade e de orientação profissional. É verdade que o risco do gueto étnico/religioso está sempre presente. Mas é bom frisar que, com frequência, o isolamento é favorecido ou até induzido tanto pelas rígidas políticas de exclusão e discriminação (AMNESTY INTERNATIONAL, 2012) quanto pelas atitudes xenófobas e islamófobas, que acabam tornando o grupo étnico/religioso o único recurso disponível de sobrevivência.

Referências:

- ANISTIA INTERNACIONAL (2012). Elección y prejuicio: discriminación de personas musulmanas en Europa. Madrid: AI.
- BAUMAN, Zygmunt (2007). A vida líquido-moderna e seus medos. In: Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: ZAHAR.
- HUNTINGTON, Samuel (1997). O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva.
- PACE, Enzo (2014). Perché le religioni scendono in guerra? Roma/Bari: Laterza.
- PEW RESEARCH CENTER (2012). The Global Religious Landscape A Report on the Size and Distribution of the World's Major Religious Groups as of 2010. PRC: Washington.
- RAMADAM, Tariq (2008). Islam e libertà. Einaudi: Torino.
- TODOROV, Tzvetan (2010). O medo dos bárbaros. Petrópolis: Vozes, 2010.
- ZEMMOUR, Éric (2015). Sii sottomesso. Casale Monferrato: Piemme.

PORTUGUÊS

Religiosa dedica-se à inclusão dos Migrantes que chegam a Caxias do Sul

Irmã Maria do Carmo dos Santos Gonçalves, Mestre em Ciências Sociais defende uma política de inclusão aos migrantes estrangeiros e teme uma crise migratória internacional caso não sejam tomadas medidas de acolhimento. A reportagem e entrevista é de Fabiano Finco e publicado pelo portal Pioneiro, 24-07-2014.

Aos sete anos, Maria do Carmo dos Santos Gonçalves começou a frequentar encontros organizados pelas freiras em Rio Grande (RS), sua cidade natal. Na adolescência, frequentou a Pastoral da Juventude e aos 21 anos optou de vez pela vida religiosa, ingressando na Congregação

das Irmãs Scalabrinianas, motivada pela chance de trabalhar pelo povo e de ser missionária.

Hoje, aos 39 anos, Maria do Carmo vive a felicidade de praticar ensinamentos adquiridos nas etapas do aspirantado, postulante e noviciado, aperfeiçoados pela formação em Filosofia na

Universidade de Caxias do Sul (UCS) e pelo mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre. Já trabalhou em Porto Alegre, Fortaleza, Brasília, passou pela França, Bélgica e Itália.

Desde 2010 é coordenadora do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), que desde 1984 realiza um importante trabalho de acolhimento e orientação aos migrantes que chegam a Caxias e região. Nos últimos meses, a movimentação no CAM triplicou em função da chegada de estrangeiros do Haiti, Senegal e Gana, que juntos já somam mais de 3 mil na cidade. Maria, como é chamada por esses migrantes, dedica-se a oferecer-lhes condições sociais dignas. "Essas pessoas são corajosas, estão lutando por uma vida melhor. Elas nos ensinam a ter esperança", justifica.

Eis a entrevista:

Qual a origem do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM)?

O CAM está ligado à Associação Educadora São Carlos, da congregação das Irmãs Scalabrinianas, que tem essa missão, esse carisma, de trabalhar com a questão migratória. Ele foi fundado em 1984 com o intuito de ajudar no acolhimento e acompanhamento dos migrantes. Naquela época havia muitos migrantes internos, do Estado, que vinham dos Campos de Cima da Serra devido às ofertas de emprego em indústrias daqui. Desde então tivemos diferentes fluxos migratórios. Nós temos uma herança carismática, deixada pela Madre Assunta Marchetti, co-fundadora da congregação. Ela deixou a Itália em 1885, deixou tudo o que tinha lá, e chegou a São Paulo, onde começou a atender crianças órfãos cujos pais italianos morriam durante a viagem ao Brasil. Quando ela chegou a Caxias, atendeu a famílias pobres, fazendo partos e educando comunidades do interior, onde ia a cavalo. Estamos muito felizes porque ela será beatificada dia 25 de outubro, em São Paulo.

Quais foram os principais ciclos migratórios de Caxias?

Os primeiros migrantes atendidos pelo CAM vieram da região de Vacaria, Bom Jesus, na década de 80. Também houve uma leva de migrantes vizinhos, de cidades como Bento Gonçalves e Flores da Cunha, cujas características não eram tão notadas porque havia esse componente cultural comum. No início dos anos 90 atendemos muitos latinos, do Uruguai, Argentina. A partir de 2000 começa a chegar um pessoal da fronteira, de

Uruguiana, Dom Pedrito, Santana do Livramento, com característica mais regionalizadas. Nos últimos três anos passamos a atender os estrangeiros do Haiti, Senegal e Gana. Nós temos essa característica de atender sob o ponto de vista da assistência social, de trabalhar com políticas públicas, às vezes tencionando o poder público a atender essa população. Mas, além disso, existe um componente subjetivo nessa questão do processo migratório, que é trabalhar a questão dos medos, das incertezas, dos processos depressivos, da saudade e dos processos de integração.

E esse trabalho é ainda mais importante com essas levadas de estrangeiros?

Sim. A gente orienta e faz acompanhamento de algumas situações, porque é difícil para o migrante se localizar dentro do seu processo. Não existe hoje um lugar para onde o migrante possa ligar e perguntar sobre a sua situação. Ele tem que saber se o processo dele está vinculado ao Ministério do Trabalho, ou ao Ministério da Justiça, não existe essa clareza. Nossa equipe ficou mais qualificada para atender a esses encaminhamentos mais específicos. Uma coisa bacana é que nos tornamos uma referência na região. Nossa característica é integrar o migrante como protagonistas de seus processos, não é só um fazer por eles, mas com eles. Com os senegaleses, principalmente, foi um aprendizado muito legal, porque a gente sempre colocava na mesa: "a gente está com esse problema, o que vocês sugerem? O problema não é só nosso, o que vocês tem como alternativa?" Com esse processo, a gente deu autonomia a eles, para que não ficassem tão dependentes do CAM. Não é o CAM que dá conta da situação, somos um meio articulador dessas ações, que congrega e articula com outros órgãos e entidades.

Como o CAM administra o preconceito com que esses estrangeiros são tratados?

Acho que aqui temos um trabalho educativo a fazer. As pessoas têm um medo que é irracional, e isso assusta, porque esse medo irracional alimenta a xenofobia. A sociedade tem que equacionar esses medos, tem que ter abertura para acolher esse "novo", deve fazer uma releitura do que a gente tem como questão de identidade, aceitar que talvez Caxias não seja mais uma reprodução da Itália, um reduto italiano. Não estou propondo abrir mão de tudo, das tradições. Aliás, acho uma pena que as novas gerações já não falam mais o dialeto italiano, que é uma riqueza da região. Mas é preciso equacionar isso com as pessoas que estão chegando, e que chegam com o mesmo intuito, em situações muito parecidas como a imigração

italiana. O que estamos fazendo hoje, no sentido de acolher, de atender, é muito do que fez Madre Assunta com os primeiros italianos. Aquilo que hoje a sociedade fala dos ganeses, dos senegaleses, é muito do que a sociedade paulistana falava dos imigrantes italianos quando chegaram ao Brasil, de que eram sujos, contaminados, que falavam alto. É isso o que está sendo dito desses migrantes.

Qual é o maior desafio na questão migratória?

Tem um desafio grande que não é só de Caxias ou do Brasil, mas de todo mundo. Estamos diante de um dilema ético. Para que servem as fronteiras, qual a sua finalidade? Existe, claro, a questão da segurança nacional, da autonomia, mas estamos em um ponto da história que, justamente pela questão da globalização econômica, pela velocidade dos meios de comunicação, pela facilidade de deslocamento que as pessoas têm, deveríamos saber configurar a globalização das pessoas, do ser humano. E nenhum país está completamente preparado para isso. Temos experiências péssimas de países europeus que cada vez mais têm adotado leis migratórias muito restritivas. O Brasil está querendo fazer um caminho diferente. Quanto mais restritivo, mais imigração irregular teremos. Se por um lado o

Estado barra, por outro a economia puxa. Hoje, os cidadãos do mundo, seja pela função que exercem, pela profissão, pela postura de vida que adotaram, são os ricos. Existe uma massa que é proibida de circular, que são os pobres. A sociedade burguesa tem aquele pensamento: "eu sou um cidadão do mundo, eu circulo por aí", mas ao mesmo tempo não é capaz de criar seu filho para conviver com esse "diferente", e vai reproduzindo os mesmo preconceitos. Se não soubermos equacionar isso, pior do que uma crise ambiental, teremos uma crise migratória.

Qual o seu maior aprendizado vocacional ao trabalhar com a mobilidade humana?

Estou convicta de que temos de derrubar as fronteiras, porque o ser humano precisa evoluir, precisa dar um passo, um salto qualitativo no sentido das relações humanas. Não existe nada que justifique dizer que o africano tem que ficar na África, e o brasileiro tem que ficar no Brasil. Esse migrantes que estão vindo do Senegal, de Gana, nos ensinam a ter esperança, eles são os grandes profetas, são aqueles que dizem: "eu estou aqui, eu existo".

Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/533631--religiosa-dedica-se-a-inclusao-dos-migrantes-que-chegam-a-caxias-do-sul> - 28.07.2014

Muçulmanos da Suíça entre condenação e autocrítica

Enquanto formam-se alianças para combater o “califado” entre o Iraque e a Síria, os muçulmanos da Suíça se pronunciam. Se a condenação é unânime, as motivações divergem entre respeito do espírito corânico, teorias do complô e preocupação de submeter o islã a um “controle de qualidade”.

Marc-André Miserez

“Não queremos ser confundidos com essa gente que ameaça e destrói a humanidade, sem distinção”. Porta-voz durante 30 anos da Mesquita de Genebra e atual diretor da Fundação do Entre-Conhecimento, Hafid Ouardiri está colérico. “É terrível sim. É uma cólera justa. Nós também somos um pouco reféns entre essa barbárie que se faz em nome da fé e os que utilizam os argumentos desses fanáticos, marginais, esses psicopatas para alimentar a islãofobia contra nós.”

“Eu me sinto muito mal”, confirma Hisham Maizar, que preside em St-Gall (nordeste) a Federação das Organizações Islâmicas da Suíça. “Esses grupos que se autodenominam Estado Islâmico são um peso sobre nossos ombros. Seus métodos bárbaros não têm nada a ver com o islã.”

Acordar

Habitualmente discreta, a comunidade muçulmana da Suíça – o termo tem sentido vivem no país 330.000 muçulmanos (4,9% da população) se divide em mais de 30 nacionalidades e ainda mais em culturas e níveis de prática religiosa diferentes – agora se exprime em reação às imagens de uma outra era vindas do Iraque e da Síria e ao risco de ver outros jovens suíços aderirem às sinistras falanges negras.

Em Lausanne (oeste), o Centro Islâmico albanês lançou um apelo “aos jovens e a seus responsáveis” para conter a tentação do djihad e não “cair nas armadilhas dos lavadores de cérebros”. Em Neuchâtel (oeste), as associações muçulmanas, a comissão estadual pela coesão multicultural e o comandante da polícia condenaram, juntos, “as atrocidades e a barbárie do pseudo “Estado Islâmico (EI).

Uma denominação que Hafid Ouardiri não quer mais. A exemplo da aliança internacional, ele insiste em chamar “esses grupúsculos bárbaros, violentos e criminosos” Daech (ver box), porque chama-los de “Estado Islâmico” é “entrar na propaganda deles.”

Dias atrás, sua Fundação e diversas associações convocaram uma “manifestação de indignação” em Genebra. Uma centena de pessoas participaram. É pouco, mas os organizadores precisam que era uma “primeira iniciativa” para denunciar o amálgama entre o islã e “o terror e a purificação étnica”. Lembraram que eles não atacam somente os cristãos mais também outros muçulmanos.

O liberal e o piedoso

Essa violência, Mohamed Hamdaoui conhece bem porque nasceu no sul da Argélia. No início de setembro, esse jornalista, vereador em Bienne (centro-oeste) e deputado estadual, publicou no jornal *Le Temps*, um artigo intitulado “Não, eu não matei James Foley” (o primeiro jornalista americano decapitado pelo EI), em incitava os muçulmanos “atraídos pela luz e pela liberdade, imensa maioria e portanto muito silenciosa”, a “gritar de cima dos telhados que, evidentemente, nós condenamos tais atrocidades.”

“Minha mensagem não é religiosa. Sou um muçulmano laico ou liberal, o que não me impede de me sentir profundamente muçulmano. Quando chega Aïd (festa do sacrifício), tiro minha cuscuzeira do armário e convido meus amigos”. Eles acrescenta, com um sorriso, “quando você se chama Mohamed, é difícil não ser assim.”

“Tenho vontade de dizer às pessoas que falem em suas empresas, escolas, clubes de esporte, na vida cultural, associativa, afetiva. Diga a eles que, primeiramente, que somos o contrário desses canalhas e, em segundo lugar, somos nós mesmos as primeiras vítimas dessa gente.”

Se ele nega ser porta-voz de alguém, Mohamed Hamdaoui é típico de um certo islã suíço: perfeitamente integrado, orgulhoso de sua cultura e pouco ou não praticante em um país onde, segundo um estudo feito em 2010 pela comissão federal para questões de migração, somente 10 a 15% dos muçulmanos eram realmente praticantes.

Hani Ramadan, diretor do Centro Islâmico de Genebra, é parte deles. Sua condenação da violência do EI, porém, é menos clara. Para ele, essa gente deturpa a verdade da religião revelada pelo Profeta. “As palavras califa, Estado Islâmico, djihad são nobres no islã, termos carregados de sentido, de cultura, de saber. Lá, eles tornam-se

reféns da barbárie e dão uma imagem negativa do islã.”

Mas as execuções “horribéis” de jornalistas “que devemos condenar”, também são para ele “a árvore que esconde a floresta dos 2.200 mortos em Gaza, dos 300.000 ou mais na Síria pelos quais a comunidade internacional não faz nada. É uma forma de humanismo seletivo que se destaca porque temos imagens de gente degolada, que vão esconder tudo isso. Quando se compara, é evidente que existem dois pesos e duas medidas.”

Dito isto, o recente poder do EI “vem a calhar para favorecer uma política de ingerência favorável à aliança americana e ao sionismo na região”, considera Hani Hamadan, citando um artigo publicado em seu blog no início de agosto, com o título “Quando o djihadismo serve a aliança”. Segundo ele, as “atrocidades aberrantes cometidas no Iraque e na Síria” vão permitir “justificar uma ingerência – progressiva porque é preciso que ela dure, como para Ben Laden – de renovar a imagem do yankee liberador.”

A questão que incomoda

Jasmin El-Sonbati, jornalista independente e cofundadora em Zurique do Fórum por um islã progressista, fale de teorias do complô. “Elas são muito difundidas no mundo árabe, na mídia, nos talk-shows na televisão. É sempre uma maneira de não assumir suas responsabilidades, dizer que são os outros.”

“Mas como muçulmanos, também temos uma responsabilidade. A tendência atual é de tentar definir o verdadeiro islã como um islã pacífico e dizer que essas correntes djihadistas seriam marginais. Ora, elas também são islã e é uma tendência preparada há décadas nos países do Golfo, na Arábia Saudita, onde pratica-se o islã wahhabita, muito estrito, muito severo. Com a influência desses países, ele também se espalhou entre os muçulmanos na Europa.”

Jasmin El-Sonbati também acha “muito chocante” que jovens – inclusive algumas adolescentes – partam da Europa para entrar “nessas hordas bárbaras que assassinam em nome de Deus”. “Acho que essas comunidades muçulmanas aqui na Europa são um pouco cegas frente a essa tendência. Mesmo se não muitos na Suíça, o que parece atraente para os jovens na Inglaterra ou na França deve também ser para os jovens suíços.”

Portanto, a autora de *Mesquitas sem minarete – uma muçulmana na Suíça* resta ligada à sua religião. Ela explicou isso recentemente em artigo na revista *Die Weltwoche*, intitulado “Porque sou

apesar de tudo muçulmana”. A resposta é simples: porque ela não quer deixar o islã aos fundamentalistas, “porque Allah nos dotou de capacidade de discernimento. E que devemos nos servir dela para submeter nossa religião a um controle de qualidade.”

Adaptação: Claudiné Gonçalves

Fonte: <http://www.swissinfo.ch/por/mu%C3%A7ulmanos-da-su%C3%AD%C3%A7a-entre-condena%C3%A7%C3%A3o-e-autocr%C3%ADtica/40799538> - 24.09.2014

Os refugiados cristãos que têm de aprender sueco

Hans von der Brelie

Agora estão em segurança. Robert e a família fugiram do norte da Síria rumo à Suécia. Encontraram abrigo em Södertälje, uma cidade industrial cujo nome é bem conhecido junto das minorias cristãs que abandonam a Síria e o Iraque. Um terço dos 90 mil habitantes desta localidade tem raízes no Médio Oriente.

As autoridades suecas recebem cada vez mais pedidos de autorização de residência permanente de refugiados daquela parte do mundo. Estima-se que, até ao final de 2014, mais de 50 mil pessoas procurem asilo neste país escandinavo.

Robert deixou para trás a cidade de Al-Hasakah, onde trabalhava como engenheiro e tinha a sua empresa de informática. Foi acolhido por Ayoub Stefan, um padre ortodoxo, que explica que “os cristãos que vêm do Iraque estão a sofrer muito. Não existe um governo, não há um sistema civilizado. É muito difícil continuar a viver lá. Já mataram tanta gente...”

Milhões de refugiados procuram abrigo em campos nos países vizinhos. Apenas uma pequena percentagem tenta alcançar a Europa. Mas esta comunidade cristã começou a instalar-se em Södertälje há mais de 50 anos. A igreja de São Gabriel situa-se num bairro desfavorecido, onde a taxa de desemprego é a mais elevada do país. Um refugiado iraquiano afirma que, no Médio Oriente, os cristãos têm duas opções: dar dinheiro para serem deixados em paz ou morrer. “No início, pagávamos... Mas como eles continuavam a pedir, comecei a ter dificuldades. Raptaram-me a mim e à minha filha. Quis a sorte que o carro colidisse com outro – abri a porta e fugi”, conta Kheder Elias.

O padre Stefan visita regularmente Robert. A vontade de se integrar na sociedade sueca fez com que esta família se empenhasse em aprender rapidamente a língua. Merella tem dez anos e Adella, 14. Ambas já fizeram vários amigos e sempre que há um aniversário, por exemplo, nada parece distinguir esta das famílias suecas. “Quando cheguei à Suécia, todos os dias aprendia em média dez palavras novas. Falava muito com

os meus primos que já vivem aqui há algum tempo, já falam sueco muito bem”, revela Adella.

Ibrahim é um outro exemplo. Veio da Síria há seis meses. Rapidamente entrou para um clube de futebol local que se chama “The Assyrian Super Stars”. Muitos dos jogadores são cristãos, também há muçulmanos... Uma convivência que se está a dissipar nos países de onde vêm, como sublinha Ibrahim: “Há uma pressão concreta contra os cristãos na Síria. As mulheres cristãs sofrem agressões sexuais. Os homens são discriminados quando usam um fio com uma cruz ao peito, por exemplo. São considerados intrusos sem fé...”

Ibrahim chegou através do pai, que obteve uma autorização de trabalho. Aho veio ilegalmente da Síria, passando pela Turquia, Grécia e Letónia. “Tive de pagar mais de 12 mil euros aos traficantes para chegar à Suécia”, diz.

A Catedral Ortodoxa Síria e o Centro Cultural Sírio de Södertälje já foram alvo de fogo posto. Os políticos locais exigem uma estratégia à câmara socialista. Nas últimas eleições legislativas, a Suécia assistiu à subida expressiva da extrema-direita. A chegada de refugiados continua a aumentar, como aponta Afram Yakoub, da Federação Assíria da Suécia: “Todos os dias nos chegam notícias de dez a vinte famílias que deixam o Iraque. Os cristãos estão a ser erradicados daquela área de uma forma muito eficaz. Aquilo que pedimos aos políticos e aos governos é que os ajudem a ficar no Médio Oriente.”

Voltamos ao encontro de Ibrahim, na escola que frequenta. O seu sonho é tornar-se arquiteto ou engenheiro e ficar na Suécia para sempre. Mas a integração é um longo caminho. Lena Boström, a sua professora de sueco, declara que “no início, explico-lhes como funciona a sociedade sueca. Fazemos várias visitas para descobrir a capital, Estocolmo; ensino-lhes como lidar com situações quotidianas. Muitos correm o risco de se fechar no mundo deles. Mas é importante participar na sociedade onde vivem.”

As autoridades suecas fornecem um serviço de aconselhamento, concertado entre o Instituto de Emprego e as universidades, para facilitar a integração profissional de refugiados que tenham uma licenciatura como Robert. Proporcionalmente, a Suécia é o país da União Europeia que mais

refugiados acolhe. Agora o estatuto de porto seguro é cada vez mais questionado pelo reforço eleitoral dos partidos anti-imigração.

Fonte: <http://pt.euronews.com/2014/10/10/os-refugiados-cristaos-que-tem-de-aprender-sueco/> - 10.10.2014

O Silencioso Genocídio de uma Etnia em Mianmar

Noel Caballero, da EFE

A situação desesperadora da minoria étnica de muçulmanos rohingya, que habita há gerações o noroeste de Mianmar, empurrou milhares deles para o mar em busca de um futuro longe de suas terras.

Um êxodo de mais de 20 mil pessoas, segundo as estimativas da Associação de Rohingya Birmaneses na Tailândia (BRAT), zarparam nas últimas semanas para a Tailândia, onde esperam escondidos na selva e em campos de borracha pelos traficantes que os ajudam a atravessar até a Malásia, seu destino final.

Desde que explodiu no início de 2012 o último episódio de violência sectária entre budistas e muçulmanos, o conflito tem sido particularmente cruel com os 1,1 milhão de rohingyas que habitam o país.

Atualmente 140 mil rohingyas, segundo os números oficiais, vivem amontoados em condições deploráveis em dezenas de campos de refugiados internos assentados ao longo do estado de Arakan.

"Nossas contas indicam que são mais de 200 mil pessoas, já que muitas não estão registradas. Eles vivem em pequenas tendas com tetos de plástico e solos úmidos, que os expõem às doenças. Nos campos vivem desnutridos, sem acesso a saúde ou educação e sem possibilidade de emprego", afirmou Maung Kyaw Nu, presidente da BRAT.

As águas tranquilas e a pausa do período das chuvas de monções que costumam coincidir entre final de setembro e o princípio de novembro permitem que milhares de pessoas tentem a sorte na tentativa de abandonar a "perseguição à qual estão sendo submetidos em seu país", destacou Maung desde Bangcoc.

Nações Unidas, União Europeia e Estados Unidos protestaram timidamente e algumas poucas vezes contra a perseguição das autoridades locais contra esta minoria, acusada de serem "imigrantes ilegais" de Bangladesh e que as organizações internacionais qualificam como "apátrida".

"Primeiro mataram quase 200 pessoas em tumultos violentos. E agora nos amontoam em campos em

condições deploráveis. É como um genocídio silencioso. As pessoas morrem, crianças, idosos, mulheres grávidas. Os guardas espancam os homens e estupram as mulheres. Nos impõem medidas de controle de natalidade para que a população diminua. Estão nos fazendo desaparecer", denunciou o presidente da associação rohingya.

Segundo Maung, os interesses comerciais na região que tradicionalmente habitam, rica em recursos naturais e pesca, é um dos motivos ocultos para o assédio.

"Planificaram um genocídio para ficar com as áreas economicamente estratégicas", enfatizou o ativista.

Apesar do reforço policial das autoridades e das patrulhas de guarda-costeira ordenado pelo governo central da Birmânia, mais de cem mil pessoas conseguiram fugir do país no que é só o começo de uma odisseia.

"Na Tailândia muitos caem nas redes das máfias de tráfico de pessoas que exigem resgates de seus familiares. Um rohingya pode chegar a custar US\$ 1 mil e, se ninguém paga pela sua liberdade, são vendidos como escravos nas fazendas tailandesas ou em navios de pesca. Na Malásia também enfrentam problemas por não terem documentos e costumam terminar na prisão", contou Maung.

O vazamento do chamado Rakhine Action Plan, que o governo birmanês avalia aplicar, indicou que para conseguir cidadania os rohingya terão que aceitar serem definidos como "bengalis" e entregar uma série de certificados que muitos perderam.

Uma resolução que poderia deixar dezenas de milhares de rohingya deslocados pelo resto da vida.

Ao contrário de muitas das minorias birmanesas, os rohingya não possuem um exército próprio que defenda seus interesses.

"Somos gente pacífica. Não queremos lutar. Só queremos que nos devolvam nossa vida, nossos direitos. Talvez, embora eu não compartilhe a ideia, tenhamos que começar a nos defender nós

mesmos porque estão nos massacrando", sentenciou o ativista, que foi guerrilheiro durante a juventude.

Fonte: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/o-silencioso-genocidio-de-uma-etnia-em-mianmar> - 14.11.2014

Scalabrinianas acolhem "carne de Cristo" na Sicília

Os constantes apelos do Papa Francisco em favor dos migrantes continuam a surtir efeito. As irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu (Scalabrinianas) estão presentes desde o último domingo em Siracusa, Ilha da Sicília, para trabalhar na acolhida e assistência aos migrantes. As três primeiras irmãs na nova comunidade são as brasileiras Teresinha Santin e Ivanir Filipi, acompanhadas pela religiosa albanesa Gjeline Preçi.

“Uma resposta ao premente apelo do Papa Francisco para ‘abrir os conventos aos refugiados carne de Cristo’ – explicam a Superiora Geral, Irmã Neusa Fatima Mariano e a Responsável pela Província São José/Europa, Irmã Milva Caro. Uma decisão – a de abrir uma nova comunidade religiosa – num tempo em que tudo leva ao redimensionamento e à economia de forças e de recursos. Um sinal da caridade pastoral da Congregação no ano da beatificação da cofundadora Madre Assunta marchetti”.

As religiosas explicam que será uma presença missionária não tanto para estar em primeira linha, “mas para ‘habitar’ na Igreja local, com o povo de Siracusa e com os migrantes”. Será uma comunidade itinerante ao lado da história dos migrantes, “para que nunca lhes falte o pão da

Palavra de Deus e o espaço para viver com dignidade”.

De fato, ao visitar o Centro Astalli para os refugiados em 10 de setembro de 2013, o Papa Francisco havia ressaltado que para a Igreja “é importante que a acolhida do pobre, a promoção da justiça, não seja confiada somente a ‘especialistas’, mas seja uma atenção de toda a pastoral, da formação dos futuros sacerdotes e religiosos, do compromisso normal de todas as paróquias, movimentos e agregações eclesiais, para então exortar de forma veemente:

“Em particular gostaria de convidar também os Institutos religiosos a ler seriamente e com responsabilidade este sinal dos tempos. O Senhor chama a viver com mais coragem e generosidade a acolhida nas comunidades, nas casas, nos conventos vazios. Caríssimos religiosos e religiosas, os conventos vazios não servem à Igreja para transformar-lhes em albergues e ganhar algum dinheiro. Os conventos vazios não são nossos, são para a carne de Cristo que são os refugiados. O Senhor chama a viver com generosidade e coragem a acolhida nos conventos vazios”. (JE)

Fonte: <http://www.news.va/pt/news/scalabrinianas-acolhem-carne-de-cristo-na-sicilia> 23.02.2015

ENGLISH

Religious Groups Share Common Goal: Assisting Immigrants

Rebecca Smith

St. Louis is a city built on immigration – from the early French settlers, to the Germans and Irish in the 1800s, to the more modern immigration of Bosnians and Southeast Asians.

While there have been numerous waves of immigration into St. Louis, the welcome extended by existing religious groups to new immigrants has remained fairly consistent throughout St. Louis' 250 year history.

Providing Resources

The International Institute of St. Louis provided many resources for recent immigrants, from English classes, to help with job placement and other services. Anna Crosslin, the organization's president and CEO, said that religious groups play a large role in helping immigrants settle into an area.

These religious groups not only provide secular aid, but also help people preserve parts of their culture. She said that the Pakistani Islamic community in St. Louis was helpful when Bosnians first began arriving – even sending buses to pick up people for services.

Crosslin said that the Bosnian Muslims generally were more “secular” when they arrived, and the Islamic community helped them to relearn their religious practices.

Akif Cogo, a Bosnian who lives and works here in St. Louis, said the existing community was instrumental in promoting the faith of Bosnians.

“They were providing food, shelter, even some temporary assistance for them, and they were actually the ones who brought in Imam Hasic from Canada, over to serve as imam for the Bosnian community.”

Many religious organizations are founded to help those in need. In St. Louis, these groups exist within all denominations.

Msgr. Michael Witt, professor of church history at Kenrick-Glennon Seminary, recounted an experience he had with a group of Bosnian women who came seeking aid at his parish, St. Mary Magdalen Catholic Church.

He said neither he nor his secretary could understand the women; and as the women were about to leave in frustration, one of the older women said “Don’t forget the potatoes,” in German, to one of the younger girls.

This was an important moment because Witt is fluent in German, and the Bosnian women had lived in Germany prior to coming to the U.S. Once the language barrier was breached, the parish was able to provide the women with the resources they needed.

Witt then asked why the women had decided to come to America.

“She got very serious and looked at me, and she said, ‘If I spent my entire life in Germany I would never be a German and neither would my children,’” Witt said. “And she said, “But here, when I learn English, I will be as American as you.”

Preserving Traditions

The Islamic community in St. Louis is not the only group that is working with more recent immigrants to preserve religious history and tradition.

Rabbi Hyim Shafner, of Bais Abraham, said his Orthodox congregation has worked with the children of Israeli immigrants in a similar fashion.

They help American-born Israeli youth engage with their Jewish culture.

Shafner said his congregation opened “a once-a-week Sunday-morning school for them to teach them to read and write Hebrew, and to try and connect them to Jewish knowledge and Jewish tradition.”

St. Mary of Victories, the second oldest Catholic Church in St. Louis, has played host to many different immigrant groups throughout its more than 170-year history.

Max Kaiser, historian and long-time member of the church, said St. Mary was founded to be a German parish, but has, at some point, had Lebanese immigrants using the church for Maronite rite masses, and currently holds an 11 a.m. Sunday morning mass for the Hungarian population of St. Louis.

This Sunday mass features songs and prayers in Hungarian, and while the two distinct populations (the Hungarian and a general mass) at the church have not united their traditions, both inhabit the space equally.

Interfaith Partnerships

Monsignor Witt said St. Louis is much different than other cities in the way that religious groups interact.

“St. Louis has been a very rich city for religious diversity and respect,” Witt said. “As you look at the history of St. Louis the one thing that doesn’t go over very well here is criticism of religious groups.”

He said that an anti-Catholic preacher was once expelled from the city by other Christians and that a Jewish congregation was able to settle in an area where it was originally not welcomed because Catholics advocated for them.

This does not mean that relations have been perfect, but interaction among religions has been basically positive and goes beyond simply getting along. Many religious organizations have been brought together as they work toward the common goal of helping new immigrants settle into St. Louis.

Imam Muhamed Hasic is the leader of the Islamic Community Center and president of the Interfaith Partnership of Greater St. Louis. He said the interfaith partnership works so well together because religious practices are only one small aspect of a person’s life.

He believes it is the other aspects of life that truly bring religious groups of varied backgrounds together to help people with non-religious needs.

“Every human being is looking for these same things,” Hasic said. “So it doesn’t matter if you are

black or white or you are Muslim or Christian or a Jew or you are atheist or a believer. It is really these things in the public life that connect us so much and so strongly."

Crosslin said she is not surprised by the interfaith relationships that exist in St. Louis, as the religious

organizations share the same ultimate goal: "to have a joyous and inclusive community that celebrates God."

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3113-religious-groups-share-common-goal-assisting-immigrants> - 18.12.2014

At Honduran airport, church workers welcome migrants deported from U.S.

Paul Jeffrey

(CNS) - Several times a week, Sister Valdete Wilemann watches

scores of deported Hondurans walk down the stairs of a U.S. government airplane onto the tarmac of the international airport here.

She ushers them into a church-run reception center at the far end of the runway, where the immigrants are welcomed home, offered a quick snack, and have their belts and shoelaces returned. Volunteers briefly interview the migrants, tell them about several services available to them, then send them out the door into the country they chose to leave.

Many days, there are two or three flights. Last year, more than 36,300 Hondurans got off those planes. Yet Sister Wilemann, a Scalabrini sister from Brazil who has run the Center for Attention to Returned Migrants for 10 years, said she constantly fights seeing her job as routine.

"I tell the Lord not to let me grow accustomed to the experience of the migrants. We try to see them not as numbers, but as individuals with different stories, different dreams, each one made in the image of God," Sister Wilemann told Catholic News Service.

"If I don't see the face of Jesus in each migrant, I'm not a Scalabrini sister. If I don't see each migrant as my brother or sister, then God is not my father."

Many of those who pass through the center do not plan to stay long in Honduras.

"I'll spend the holidays with family here and then head back home," said a 48-year old woman who was deported in December, her fourth time during 14 years in the U.S. "I've got four daughters and four grandchildren there, and I miss them terribly."

Sister Wilemann said the record-holder might be one man who has taken the one-way flight 17 times.

"Hondurans never think about what bad can happen to them on the way north. They know the dangers, but they never think it will happen to them," she said. "We hear lots of complaints about

physical abuse in Mexico. But in the United States, the problem is more psychological. People say they are treated like dogs, that they're told they are worthless, that they have no rights and that they are criminals or delinquents if they don't have papers."

Yet Sister Wilemann warned against seeing migrants as helpless victims.

"Many of those who are deported learned a lot in the United States. Some have lived there for 20 years. Some come back with gifts and capabilities and a desire to start anew here, but the rampant corruption and organized crime won't let them work, so they feel they have to return to the United States," she said.

Since a 2009 coup, Honduran murder rates have skyrocketed. Sister Wilemann said her staff conducted a survey a year ago that indicated 60 percent of the deportees reported leaving Honduras to escape violence, a shift over earlier years when a majority was motivated to leave because they were seeking better economic opportunities.

The airport reception center is funded by Catholics in the United States and Europe, but support from inside Honduras is meager, Sister Wilemann said.

"Honduran society knows we're here, knows we receive deportees almost every day, but it doesn't have the curiosity nor the solidarity to come here and be part of this," she said.

She does not let the church off the hook.

"As much as Pope Francis states with his words and actions that he stands with migrants, demanding that we see them as persons, not just as poor persons but as someone valuable who we can learn from, the Honduran church doesn't do enough. Pastoral work with migrants isn't just the responsibility of the Scalabrini sisters. It's the responsibility of the whole church," she said.

"I often get calls from priests who say, 'There's a migrant who came to me,' and I say to him, 'Yes, Father, what are you going to do?'"

The Honduran government only gets involved in immigration issues when it is pressured by the U.S. government, said Jesuit Father Ismael Moreno, director of a Jesuit think tank in El Progreso. Otherwise it welcomes the more than \$8.5 million a day in remittances sent home by Hondurans living in the United States, Spain, and elsewhere. In 2013, these remittances totaled a record \$3.1 billion, and 2014 numbers are expected to increase by 9 percent.

"For the Honduran government and the country's business elite, it makes good business sense that there are a million Hondurans abroad sending money here. Remittances are a key to the survival of their economic model. We can't expect the government to do anything that would jeopardize its own survival," Father Moreno said.

The Honduran government did respond publicly last year when the number of child migrants showing up on the U.S. border brought unprecedented media attention.

"The government's response made me furious," said Sister Wilemann. "The first lady organized a task force, but it was chaos, and nothing happened as a result. She was never interested in immigration before, but she came here to visit and there were more journalists and security for her than there were immigrants."

The number of Hondurans deported from the U.S. last year was 5 percent lower than 2013, but the number of Hondurans deported from Mexico, which is under pressure from the U.S. to make the passage of immigrants more difficult, has increased at least 10 percent, Sister Wilemann said.

Migrants sent home from Mexico are bused to Corinto, on the border with Guatemala, where they're received by the Honduran Red Cross and set free without even the snack the airborne deportees get on arrival. Carlos Espinoza, a bus driver on the run from Corinto to Puerto Cortes, said many of the returnees do not have money to pay the bus fare.

"We just let them ride for free. It's sad to leave with so much hope and come back with nothing," he said.

Sister Wilemann is negotiating with the government to provide services to those returned by land.

In the meantime, the Mennonite Center for Social Action provides assistance to unaccompanied minors and families who are bused home. The program's director, Erika Murillo, said that's not enough.

"We'd like to help communities establish social and economic opportunities so that people won't feel they have to leave. People tell us with tears in their eyes that if we can find them a job, they won't go. We tell them there are job opportunities, and they ask us where. We send them to government ministries that supposedly hook them up with jobs, and they go and put their names on lists. Yet nothing ever happens," Murillo said. "People have lost hope. The structure of poverty and organized crime and violence is pushing people to the point that the only option they can visualize is to leave."

"What can we say to a man whose son has been killed, but who wants to leave in order to save the lives of his other children?" she asked.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3142-at-honduran-airport-church-workers-welcome-migrants-deported-from-u-s>
- 08.01.2015

Philippine Catholic Church struggles with social costs of labour migration

Rosemarie Francisco

(Reuters) - Almost 5,000 Filipinos left their homes every day between 2010 and 2013 to seek work overseas, government data shows, most hoping to provide an education for their children and to meet the most basic needs of their families.

That startling statistic helped make the Philippines one of the world's largest labour suppliers, mainly to other countries in Asia and the Middle East, and the fourth-largest recipient of remittances worldwide.

However, the strain of decades of labour migration has come with a significant social cost in Asia's largest Catholic community and likely will be

addressed by Pope Francis during his first visit to the Philippines which starts later on Thursday.

Francis will meet ordinary Filipinos on Friday, including a migrant worker's family. About half of the country's 100 million people have been affected by labour migration.

It is a timely meeting for Francis, who has made defence of vulnerable migrants and workers a central issue of his papacy. At an October synod on the family, he urged bishops to find solutions to the challenges faced daily by families.

"We acknowledge the economic benefits that it brings," said George Campos, head of Couples for Christ, the largest Catholic family movement in the Philippines.

"But it would not compensate (for) the loss of the parent from the children and the stability of the relationship within the family," he said.

Between 10 million and 12 million Filipinos live and work overseas. With the average Philippine family comprising five members, that means at least half the population could depend on a relative working overseas sending money home to feed, clothe and educate their families.

Their remittances, which proved resilient during global economic crises, continue setting yearly records and account for about 9 percent of Philippine GDP.

However, the social costs of such large-scale labour migration include the alienation of parents from their children and the breakdown of families.

Infidelity and marriage annulment cases have risen over the years - there is no divorce in the Philippines - although there are no official figures.

"From experience, the number one problem of couples is infidelity," said Father Resty Ogsimer, executive secretary of the Catholic Church-based migrant welfare group ECMI.

Cases of workers being duped into human trafficking and prostitution also appear to be on the rise. Ogsimer said Filipinos often fell victim to human trafficking after leaving through unofficial channels via southwestern Zamboanga province on the way to Malaysia and elsewhere.

That is borne out by the case of a 29-year old mother of two who left in June 2012 after a Filipino recruiter and family friend promised her work with a theatre group in Singapore.

The woman, who asked not to be identified, said she was sold as a prostitute in the Johor Bahru region of Malaysia.

She returned to the Philippines a month later, battered and bruised and with an injured knee after she escaped from a walled compound where she was held by her recruiters.

A few months after her return, she separated from her husband, who she said took their youngest child and never returned.

There are more unexpected problems, authorities say, with families becoming accustomed to spending money they would not normally have and workers getting into debt to maintain new-found lifestyles.

The Church acknowledges the problems and ECMI has sought to create ministries helping migrants' families in Catholic dioceses around the Philippines over the past five years, Ogsimer said.

Cardinal Luis Antonio Tagle said the Church must help children and spouses left behind to keep their families intact.

"It is a pastoral concern," Tagle said last week.

(Additional reporting by Manuel Mogato; Editing by Paul Tait)

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3164-philippine-catholic-church-struggles-with-social-costs-of-labour-migration> - 15.01.2015

Persecution Defines Life for Yemen's Remaining Jews

Rod Nordland

About all that remain of Yemen's ancient and once vibrant Jewish community are untended cemeteries, dramatic hillside ghetto villages of thousand-year-old stone houses and a few people like Abraham Jacob and his extended family.

Most of them live near this northern Yemeni town in Amran Province, deep in territory controlled by Houthi militants, whose leaders have made anti-Semitism a central plank in their political platform.

It shows. When Mr. Jacob, 36, came to the souk here Thursday to meet journalists and take them on a rare visit to his community, he rode a battered motorcycle, his long, curly earlocks flapping and making him readily identifiable as Jewish. When

traffic stalled for a minute, a khat dealer accosted the visitors' Yemeni interpreter, Shuaib Almosawa, a journalist.

"What are you doing with that dirty Jew?" the dealer said. "Why are you friendly with him?"

"He's a human being, after all," Mr. Almosawa replied.

"No, he's not," the dealer said. "God has damned him."

The last of Yemen's once numerous Jews, who predated Muslims by many centuries, have seldom been so threatened and had so few protectors. The Houthis, who now dominate the country, are particularly strong in the two places with confirmed

remaining Yemeni Jews: here in Raida, where there are 55 Jews, and in Sana, the capital, where a small number live under what amounts to house arrest by the Houthi leadership.

The two countries that have long facilitated Jewish emigration from Yemen — the United States and Britain — both closed their embassies last week, as did most other Western countries. And the Yemeni strongman who for three decades was the Jews' protector, former President Ali Abdullah Saleh, is not only out of power, but also, more recently, out of favor with the Houthis.

"We have no friends," Mr. Jacob said, "so we just try to stay away from everyone as much as we can."

They have more to fear than bad words. The encounter in the souk took place a short distance from where a Yemeni Air Force pilot in 2008 accosted Moshe Yaish Nahari, the brother of a prominent rabbi and the father of eight children, as he stepped out of his home. The assailant coldly said, "Jew, here's a message from Islam," and then fatally shot Mr. Nahari, who was unarmed, five times with an assault rifle, according to Yemeni news accounts.

The pilot was convicted and sentenced to death for murder, but Mr. Nahari's family, pressured into accepting blood money from the killer's tribe to spare his life, left Yemen as soon as possible.

In the next few years, nearly all of Raida's Jews followed. Among the exceptions were Abraham Jacob and eight other interrelated households, 55 people in all, most of them children, according to Suleiman Jacob, 45, Abraham's eldest brother and the community's unofficial rabbi and kosher butcher.

Like the men, most of the boys in the Jacob family wear earlocks, a proud sign of who they are in an otherwise Muslim society.

Now Suleiman keeps his earlocks thin and long enough so that when he goes out he can tuck them out of sight under an Arabic-style head scarf, which also covers the skullcaps (or kippas) that the men and boys all wear. "It's a shame that we have to do that sometimes, but we do," he said.

Abraham says he refuses to hide his earlocks: "I fear none but God."

Yemeni Jews, like those in other Arab countries, have suffered wave after wave of persecution. Originally many of them lived in Saada Province in the north, which was predominantly Zaydi, members of an offshoot of Shiite Islam that historically were anti-Semitic. The Houthis, whose

base is in Saada, embedded that attitude in their slogan, "Death to America, death to Israel, damnation to the Jews."

The Houthis fought a succession of wars with the central government beginning in 2004, and in 2007, a Houthi representative in Saada gave Jews there an ultimatum: Leave in 10 days or face attack. Yemen's president then, Mr. Saleh, though a Zaydi himself, became a champion of the Jews from Saada. At government expense, Mr. Saleh relocated them to a gated community in Sana next to the American Embassy.

That place is known as Tourist City, and as recently as 2009, there were 400 Jews reportedly living there under the former president's protection. Now there are said to be only 20 to 40. Many of them have reportedly cut off their earlocks after one of their number was killed in 2002 just outside Tourist City's gates by a Muslim who accused the victim of ruining his life through witchcraft.

One of the Jews still there, Yahya Yousef, who described himself as the Sana rabbi, expressed eagerness to be interviewed when contacted by telephone but said he could not do so unless the Houthi-dominated security office in the Interior Ministry gave formal permission. Repeated requests over a week for such permission were unsuccessful. Army guards at the community's gate refused entry to journalists.

In Raida, Abraham Jacob shrugged off his neighbors' anti-Semitism, saying, "There are good people, and there are bad people." But it is harder to overlook the Houthis' slogan, which is chanted at all Houthi rallies, broadcast on television and painted on what seems like every blank wall space in areas they control.

"We know there are Houthi people who are understanding and tolerant, and we have not been harmed by any of them," Mr. Jacob said. "But this cursing us to damnation is distressing and hurtful to us."

"Honestly," his brother Suleiman said, "we are a little afraid of the Houthi takeover and don't know what to do about it."

Their family's choice would be to emigrate to the United States, rather than Israel, Suleiman said, "because America is quieter, and we've had enough problems already."

Despite the embassy closings, he said he remained hopeful that his son Jacob, who will turn 13 late this year, can celebrate his bar mitzvah outside Yemen. The boy has already been memorizing the Hebrew verses that he will have to chant for the occasion. "He is my best Hebrew student," Suleiman said.

The neighborhood still has young children and their parents, as well as elderly people, but there are few single adults of marriageable age. Most have emigrated. The last wedding took place two years ago, Abraham said. The newlyweds left Yemen and never came back.

"There isn't a single one of us here who doesn't want to leave," Suleiman said. "Soon there will be no Jews in Yemen, inshallah," he said, using the Arabic expression for "God willing."

Fonte: <http://www.nytimes.com/2015/02/19/world/middleeast/persecution-defines-life-for-yemens-few-jews.html> - 18.02.2015

Haitian archbishop sees new church projects as hopeful sign after quake

Dennis Sadowski

(CNS) - The Port-au-Prince Archdiocese continues to rebuild its ministries since the country's 2010 earthquake, with dozens of programs underway and the construction of a transitional cathedral viewed as a major accomplishment.

Archbishop Guire Poulard of Port-au-Prince said that while progress has been slow, it has been steady with assistance coming from Haitian Catholics, the Haitian diaspora and international partners for pastoral efforts and some reconstruction projects.

"Now we have about 60 active projects," Archbishop Poulard told Catholic News Service at the offices of the Haitian bishops' conference near Port-au-Prince.

He said most of the projects are pastoral in nature, with 30 new parishes being formed and new ministries introduced with an emphasis on greater lay involvement and support for religious congregations serving rural and urban communities.

"Haitian churchgoers, both in the country and the diaspora, are determined to rebuild the church and their country. But it will go slow," he said.

Construction of a transitional cathedral adjacent to the destroyed Cathedral of Our Lady of the Assumption has been the most visible of the archdiocese's undertakings. The 1,500-seat transitional cathedral was dedicated in November with church leaders from the U.S. and elsewhere attending.

Archbishop Poulard, 73, acknowledged that he faced a major task when he was appointed to the Port-au-Prince Archdiocese Jan. 12, 2011, exactly one year after the earthquake. Port-au-Prince Archbishop Joseph Serge Miot was among the thousands who died in the disaster.

Archbishop Poulard arrived in the capital after serving as bishop in the Jacmel and Les Cayes dioceses for a total of 23 years and after the Haitian bishops and other partners created Partnership for the Reconstruction of the Church in

Haiti, or PROCHE, to manage church-related reconstruction projects in the earthquake zone.

The reconstruction projects the archdiocese has overseen are in addition to those undertaken by the PROCHE, a cooperative venture involving the Haitian bishops' conference, U.S. Conference of Catholic Bishops, Catholic Relief Services and Adveniat, the German bishops' agency for solidarity with Latin American development agencies.

Archbishop Poulard said that while he was "content" knowing PROCHE exists, he has not worked closely with the organization during his four years in Port-au-Prince other than to sign off on various projects so planning and construction could continue. He said he has felt uncomfortable with the program because it has imposed requirements which he considers too strict and left little room for negotiation.

"They have to trust us because it is a symbol of dignity for us, Haitian dignity," he said.

Archbishop Thomas G. Wenski of Miami, with long ties to Haiti and the Haitian community in South Florida, defended PROCHE's work. He said its deliberate process and insistence that new buildings meet international standards for earthquake and hurricane resistance are justified.

He described PROCHE as an entity of the Haitian bishops' conference and said a steering committee that includes Haitian bishops and representatives of international bishops conferences funding the program work under specific guidelines developed as the organization formed in late 2010.

Archbishop Wenski represents the U.S. Conference of Catholic Bishops on the committee.

"We're respecting donor intent by saying we're going to fund buildings, but we're going to fund buildings that meet certain standards," he explained.

As for the eventual reconstruction of the Cathedral of Our Lady of Assumption, Archbishop Poulard told CNS that the project is massive and that he will

leave it for his successor to deal with after he retires in January 2017.

He said it may be 20 years or longer before the archdiocese would be able to raise the \$30 million to \$40 million needed for the project.

"What's really significant for me is that the Haitian people can contribute to the erection of that new cathedral as they did for the cathedral that collapsed during the earthquake," he said.

Fonte: <http://www.catholicnews.com/data/stories/cns/1501026.htm> - 09.03.2015

French Muslims caught between Islamophobia and extremism

Griff Witte

This city's first Muslim doctor doesn't look Muslim.

Or at least, he doesn't look or act how people expect a Muslim should. Fair-skinned and clean-shaven, he goes about his rounds listening to classical music; a copy of Voltaire's "Treatise on Tolerance" is nestled on his desk.

Sometimes his patients forget who he is.

"I'm disgusted by Muslim -people," a patient of 10 years recently confided. "They shouldn't be here."

France, another casually mentioned, is only for "the true French people."

"You can't see in my face that I'm Muslim," said Karim Bessalem, who has been living in this country for half his life, having escaped the strife of his native Algeria 25 years ago. "People don't have any problems saying such things in front of me."

That's especially true now, more than two months after men acting in the name of Islam gunned down 17 people in -attacks that traumatized the -nation. For many of France's 5 million Muslims — the largest Islamic population in Western Europe — the killings have left them feeling trapped in a vortex, battered both by rising Islamophobia and growing radicalism in their own communities.

The twin forces feed on each other, building in tandem. Together they represent a lingering and potentially devastating counterpoint to the millions who marched in cities across France on the Sunday after the attacks in a solemn and powerful defense of the nation's core ideals — liberty, equality and fraternity.

Neither anti-Muslim bias nor Islamist extremism is obvious here in Vincennes. Although four of the victims from January's killings died just a short walk from Bessalem's office in an assault on a popular kosher grocery store, this leafy and affluent city on Paris's eastern fringe has long been considered a model of peaceful coexistence. In the -aftermath of the attack, city residents say, the bonds among Muslims, Jews and Christians have grown ever tighter.

And yet, as Bessalem has learned, the sentiment behind a recent dramatic spike in Islamophobic acts across France has a quiet home here, too. Meanwhile, the virus of Islamist extremism lurks just beyond the city line, finding recruits in a bleak housing development where impressionable and isolated young men have succumbed to the call of holy war.

"There was always racism toward immigrants. But now the extremists on all sides are using the atmosphere after these -attacks to build permanent conflict between communities," said Abdallah Zakri, head of France's National Observatory Against -Islamophobia.

In January, the month of the attacks, Zakri's group recorded 214 separate acts of anti-Muslim behavior — more than it documented in all of 2014. The offenses included physical assaults, threats to eradicate Muslims from France and pigs' heads dropped on mosque doorsteps.

The behavior subsided last month as French police stepped up protection of Islamic sites. But Islamophobic attitudes -remain relatively common in France, with 27 percent saying in a recent Pew Research Center survey that they have an unfavorable view of Muslims — nearly triple the number who say the same about Jews.

A world away

Attacks such as the one on the kosher market have prompted some French Jews to plan their departures. Record numbers are leaving for Israel amid fears that even the deployment of troops to guard synagogues and schools will not be enough to protect the community from an anti-Semitic onslaught.

There's no sign of a similar exodus among French Muslims, many of whom are recent immigrants from North and West Africa.

But the sense of alienation that French Muslims feel from their country is undeniable, with widespread complaints of discrimination in the

workplace, profiling by police and scapegoating by the media and politicians.

“There’s more and more racism every day in France,” said Najim Hakem, a 25-year-old son of Algerian immigrants. “You turn on the TV and all you see is bad publicity about Muslims.”

Hakem grew up in a high-rise that overlooks Vincennes, just two miles in distance yet a world away. Instead of graceful boulevards and trendy cafes, Hakem is surrounded by empty expanses of concrete and crowds of young men who, like him, struggle to find work in a sluggish economy.

Being Muslim, he said, doesn’t make it any easier.

“After work, if you go out with colleagues and say that you don’t drink alcohol or eat pork, people are going to say, ‘I don’t like this guy,’ ” said Hakem, who studied human resources in college but has been able to find only short-term contract jobs in the years since.

In the absence of other -options, young people from the area turn to crime.

“If you don’t deal,” said Hakem, tall, bearded and sporting a black Mickey Mouse sweatshirt one recent sunny day, “you don’t eat.”

Lately, criminality has become a gateway to something more ominous. In both the Paris attacks and in last month’s killings in Copenhagen — all ostensibly motivated by religion — the -assailants were notable less for their piety than for their previous run-ins with the law on drug, weapons and assault charges.

Those who have fallen under the spell of radical Islam in Hakem’s neighborhood fit a similar profile.

At least three have gone to Syria to fight, he said, part of an estimated total of 1,200 across France — the highest of any country in Europe.

“They’re people who were into drugs and alcohol. They didn’t know anything about the Koran,” Hakem said. “One of them went because he was dumped by his girlfriend. He was depressed and didn’t know what to do with his life. So he went to war.”

‘The problem is justice’

At a nearby mosque — a converted warehouse that overflows with congregants on Fridays — the rector said he needs to remain ever-vigilant for “intruders” who try to seduce wayward youths with the promise of identity and belonging through extreme religiosity.

“They say, ‘Why don’t you wear the beard? It would look great on you,’” said Lakhdar Taddani, a suit-and-tie-attired 69-year-old who immigrated to France from Morocco in the early 1970s. “I’m as scared of what these extremists are doing as any other Frenchman. It’s breaking my heart.”

The mosque, Taddani said, is a key part of the solution, a community force that can dispel the myths propagated endlessly online by the Islamic State and its supporters.

Not everyone sees it that way, however. France’s far-right National Front party has capitalized on anti-Muslim sentiment — and fed it — with calls to shutter mosques and deport their leaders if they carry the whiff of radicalism.

The party finished a strong second in local elections Sunday, early results and exit polls showed, and its leader, Marine Le Pen, has gone from fringe candidate to prospective president in a contest due in 2017. The party’s hard-line stance on immigrants broadly, and on Muslims in particular, is seen as a critical factor in its success.

“Not every Muslim is a terrorist, thank God,” said Gilles Parmentier, a blue-eyed 21-year-old university student who is running for Vincennes’s regional council on a National Front ticket. “But every terrorist is a Muslim.”

Parmentier said France needs to slash immigration to the bare minimum and encourage even skilled workers in poor nations such as Algeria to stay home. “Algeria needs doctors,” he said. “They should develop their own countries.”

That wasn’t an option for Bessalem, the Vincennes doctor who left his native Algeria because of a war that had its roots in French co-lo-ni-al-ism — the history of which France has been deeply reluctant to confront.

Coming to France a -quarter-century ago allowed Bessalem to launch a successful practice — one he shares today with two other doctors, one Jewish and the other Catholic. But he’s acutely aware that young Muslims growing up now in some of the rough-and-tumble neighborhoods that ring Vincennes may not have the same opportunities.

“French Muslims are really lucky to be living in a free country, one where you’re allowed to follow any religion you want,” he said. “But the problem is justice. When you don’t have justice, people will react.”

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3387-french-muslims-caught-between-islamophobia-and-extremism> - 22.03.2015

ESPAÑOL

La religión, ¿facilita o entorpece la integración de los inmigrantes?

Eduardo Azumendi

La llegada de personas inmigrantes ha contribuido a aumentar las comunidades religiosas de las distintas confesiones existentes, y entre ellas la católica. Pero también han creado nuevas comunidades y la aparición de algunas tensiones entre la población autóctona, que recela y se opone a que, por ejemplo, se abran mezquitas para que los musulmanes puedan celebrar sus cultos. El aumento de los flujos migratorios ha generado una estrecha y profunda relación entre inmigración y aumento de la diversidad religiosa. Pero, ¿hasta qué punto la religión ayuda o entorpece en el proceso de integración de los inmigrantes?

En la actualidad, la Iglesia Reformada y Evangélica es la que mayor número de comunidades agrupa, casi el 40% del total, seguida del Islam, que representa el 22%. Muy por debajo, las comunidades budistas representan el 7% y la Iglesia Ortodoxa casi el 5%. Con el mismo número de comunidades, la Iglesia Cristiana Adventista del Séptimo Día y la FéBahaí representan un 3,7% del total de las comunidades. Por último, tienen una presencia menor, la Iglesia de Jesucristo de los Últimos Días (1,6%), la Cienciología (1,2%) y Lectorium Rosacrucianum (0,4%).

Saioa Bilbao, de la Fundación Social Ignacio Ellacuría, ha realizado un estudio sobre la diversidad religiosa en el País Vasco y tiene muy claro que el rol que puedan jugar las comunidades religiosas en los procesos de integración presenta dos caras: una positiva y otra obstaculizadora. En un territorio como el País Vasco en el que las adscripciones religiosas han perdido peso, "muchas de estas personas inmigrantes son creyentes y sienten la fe como un elemento de primer orden o al menos indispensable en sus vidas, asegura.

Después de varias entrevistas a diferentes comunidades religiosas, Bilbao destaca una serie de aspectos positivos que aporta la religión. "Una cuestión que se ha repetido en el relato que nos han realizado miembros de las distintas comunidades ha sido la gran importancia que las personas atribuyen a la fe profesada, como parte indispensable de su identidad". Las comunidades ortodoxa y musulmana, en particular, comprenden la religión como parte de su cultura o viceversa, no contemplando una separación entre estos dos

elementos identitarios y llegando a equipararla. "La comunidad religiosa se convierte en un espacio necesario para el desarrollo de sus vidas y alejarse de ésta supondría una pérdida o disfunción de su identidad".

Además, la religión contribuye al mantenimiento de la cultura de origen. "La fe y la cultura están tan estrechamente relacionadas que este proceso de mantenimiento de la cultura ocurre casi de manera natural. La comunidad reproduce los símbolos, tradiciones e idiosincrasia de la cultura de origen, dotando de significado a las personas que forman parte de la misma, funcionando en muchos casos como ámbito de repliegue cultural, e identitario".

Siendo tan importante el cultivo de esta cultura de origen o su transmisión a las nuevas generaciones, las comunidades desarrollan actividades vinculadas con la enseñanza y el aprendizaje del idioma, de la historia y de la geografía del país de origen. "Estas actividades refuerzan la identidad del grupo y crean un espacio de contacto para sus miembros", corrobora la especialista.

Fuente de apoyo y ayuda

A lo largo del análisis de las tres confesiones religiosas en las que se centra el estudio – evangélica, musulmana y ortodoxa-, Bilbao ha podido comprobar "la importante labor que estas comunidades desempeñan en la asistencia de servicios dirigidos tanto a los miembros de la comunidad como hacia la sociedad en su conjunto". Por ejemplo, la ayuda a las personas recién llegadas (tras un proceso migratorio) o a las personas que se encuentran en apuros respecto a las necesidades básicas. "Las comunidades religiosas juegan un papel fundamental en el apoyo y ayuda a estas personas, lo que influye significativamente en la integración de las mismas", añade.

Las comunidades, a través de estas iniciativas, generan una solidaridad intragrupal que resulta de gran ayuda para muchas personas que o bien pasan a ser nuevos miembros de una sociedad que todavía les resulta hostil o para personas que, formando parte de la misma, se encuentran en situaciones en las que resulta difícil sobrevivir. "En este sentido, la comunidad se convierte en proveedora de múltiples recursos: van desde la

escucha hasta la búsqueda de trabajo o la resolución tanto de conflictos como de los problemas que surgen, creando así una red de solidaridad entre sus miembros. La religión cubre así un campo de funciones que normalmente corresponden a las políticas sociales democráticas".

Por esta labor que las comunidades religiosas llevan a cabo, "éstas se han convertido en extensiones del Estado", cumpliendo en muchas ocasiones las funciones que corresponden al Estado del Bienestar. "Son precisamente este tipo de organizaciones, que no dependen directamente del Estado, las que contribuyen a la generación del capital social al generar diferentes formas de interacción, de manera que facilitan los procesos de cooperación solidarios que generan confianza y hacen accesibles los bienes y servicios públicos que el gobierno no consigue ofrecer".

La convivencia en diversidad y el trabajo destinado a tender puentes con la sociedad son otras las de las labores de algunas comunidades. "Sobre todo, son las comunidades que mayores obstáculos perciben y encuentran en la realidad las que ponen empeño en este trabajo, con la intención de acercar una realidad dañada por los prejuicios, los estereotipos y la mala prensa de la que algunas confesiones son objeto", explica Bilbao. La especialista se refiere, sobre todo, a las comunidades musulmanas, que "conscientes de la mala imagen y prensa de la que son víctimas y acreedoras, anhelan poder moldear ese imaginario".

Efecto obstaculizador

Aunque ciertos elementos o dinámicas que se generan dentro de las comunidades religiosas ayudan en los procesos de integración de las personas inmigrantes, de la misma manera existen realidades que dificultan esta integración. El estudio de Saioa Bilbao cita, entre otras, lo que se conoce como una clausura, hiper-integración o un repliegue identitario. "El éxito y el peligro de las comunidades religiosas se basa en su carácter totalizador y absoluto, en el sentido de que poseen un monopolio, que pocas o ninguna institución más consigue, sobre el manejo de un cúmulo de creencias que orientan tanto ética como moralmente las normas por las que se rigen los miembros de estas comunidades".

No obstante, Bilbao resalta que "esta realidad se retroalimenta en muchas ocasiones por la dificultad o imposibilidad de muchas personas para participar en la sociedad a otros niveles, entre los cuales se encuentra el ámbito político, con lo que la adhesión

a la comunidad se intensifica, siendo el único espacio donde estas personas se sienten valoradas, más allá o pese a sus diferencias".

Otra de las razones por las que las comunidades adquieren esta modalidad de clausura, se debe al sentimiento de amenaza o rechazo que puedan experimentar por parte de la sociedad, donde el repliegue hacia el interior supone una defensa para la comunidad. "Esto sucede en los casos en los que la confesión religiosa por una serie de motivos, de carácter tanto político, histórico, como social, se siente amenazada por la estigmatización sufrida o por la dificultad de la incorporación a la nueva sociedad. Resulta clave, por lo tanto, que se generen dinámicas de conocimiento, entendimiento y respeto entre la sociedad en su conjunto y las comunidades religiosas".

Centros de culto

Otra de las vertientes que ha conllevado la aparición de nuevas confesiones en Euskadi es la aparición de centros de culto. El debate sobre los espacios religiosos está ya instalado en la sociedad vasca. Euskadi sigue en este punto las pautas de otras sociedades europeas desarrolladas y democráticas, que admiten con dificultades la presencia visible de la diversidad religiosa. En este sentido, la prohibición por parte del Ayuntamiento de Bilbao de la apertura de este tipo de locales en edificios de viviendas ha generado un efecto simbólico "muy negativo para la ciudadanía, dando a entender que las actividades de culto no son compatibles con una convivencia vecinal armoniosa. Esa es la crítica de Eduardo J. Ruiz Vieytez, director del Instituto de Derechos Humanos de la Universidad de Deusto.

"Esta normativa", añade, "no ayuda a la pluralización de la ciudad. En todo caso, refleja una percepción de los centros de culto de otras religiones como potenciales fuentes de conflictos sociales. Particularmente, legitima un rechazo de ciertos sectores sociales a la apertura de mezquitas, o a todos los centros de culto de todas las comunidades, que no encuentra acomodo legal".

La corta experiencia vasca demuestra, según Ruiz Vieytez, que los espacios religiosos, salvo los pertenecientes a la religión mayoritaria, son espacios "contestados, que parecen afectar a la percepción social y vecinal de la seguridad. Se constata un recelo hacia los espacios religiosos minoritarios que siendo políticamente incorrecto, ha calado en determinados ámbitos institucionales. Ello ayuda a legitimar una restricción discriminatoria mucho mayor que para otra suerte

de espacios, lo que supone una contradicción con estándares de derechos humanos ampliamente reconocidos".

El proyecto de ley para regular la instalación de centros de culto elaborado por el anterior Gobierno vasco hubiera podido ayudar a hacer pedagogía, Pero en el último momento se quedó en el cajón. La iniciativa pretendía proporcionar un ordenamiento jurídico y dar cobertura a los ayuntamientos ante la sucesión de conflictos en el ámbito de la gestión de la diversidad religiosa en

Euskadi. El Gobierno de Patxi López sostuvo que no se trataba de fomentar la diversidad religiosa, sino de asegurar que la libertad de culto se pueda ejercer, en plena armonía con un principio de no discriminación y garantía de derechos. Sin embargo, el actual Gobierno de Iñigo Urkullu ni contempla en su calendario legislativo un proyecto de este tipo.

Fonte: http://www.eldiario.es/norte/euskadi/religion-facilita-entorpece-integracion-inmigrantes_0_241126253.html - 23.03.2014

Miles de cristianos iraquíes, perseguidos por EI, huyen a Jordania

Areej Abuqudairi

(IPS) - Los videos y las fotos que Marvin Nafee veía en las redes sociales mostraban el avance del grupo extremista Estado Islámico (EI) en el interior de Siria, pero a este cristiano de 27 años todo eso le parecía muy lejano a su realidad en Iraq.

“No lo creíamos, parecía tan irreal”, recordó a IPS.

Pero apenas unos meses más tarde, en junio, su ciudad natal, Mosul, cayó bajo el control del EI en un lapso de dos horas, y él y miles de cristianos más tuvieron que huir. Marvin se refugió en Jordania, junto con sus padres y dos hermanos.

“No hay nada como la paz y la seguridad”, dijo desde la iglesia latina en el vecindario de Marka, en Ammán, que ha sido su hogar los últimos dos meses.

En julio, el grupo extremista yihadista advirtió a los cristianos de Mosul que debían convertirse al Islam, pagar impuestos o renunciar a sus pertenencias y salir de la ciudad en el norte de Iraq. Si no acataban la orden, el castigo sería la pena de muerte, “como último recurso”, añadió la organización armada.

“Ahora ya no quedan cristianos en Mosul. Todos nuestros conocidos la abandonaron, a excepción de un grupo de ancianos en un centro de atención que fueron obligados a convertirse al Islam”, aseguró Marvin.

Miles de iraquíes huyeron a Jordania desde Erbil, la capital del Kurdistán iraquí.

La portavoz de la organización asistencial Cáritas, Dana Shahin, dijo a IPS que, desde agosto, 4.000 cristianos iraquíes pidieron ayuda en la oficina del grupo católico en Jordania y que 2.000 fueron alojados en iglesias.

Las familias iraquíes viven en los patios y los pasillos de las iglesias en la capital y las ciudades

norteñas de Zarqa y Salt, convertidas en campos de refugiados temporales.

En la iglesia latina de Maraka, aproximadamente 85 personas comparten una habitación de 21 metros cuadrados. Niños, ancianos, hombres y mujeres duermen en el suelo con colchones adicionales que dividen la sala para darles privacidad. Usan las instalaciones de la cafetería para preparar comidas con los alimentos donados por Cáritas.

“Jordania fue generosa al ofrecer lo que puede, pero esta no es una situación de convivencia ideal para nadie”, se lamentó Um George, una mujer de 53 años.

La mayoría de los refugiados llegaron a Jordania sin un centavo y con poco más que lo que llevaban puesto, luego de que el EI les arrebatara casi todas sus posesiones.

Los hombres del EI “nos revisaron a todos, incluidos los niños, en busca de dinero”, destacó el hermano de Marvin, Ihab, de 25 años. “Se lo dimos todo, en aras de la seguridad”, agregó.

La Sociedad del Centro de Caridad Islámica aportó viviendas móviles prefabricadas para alojar a los refugiados en los patios de las iglesias, y un número menor de iraquíes fueron trasladadas a apartamentos de alquiler compartidos por más de una familia.

Cáritas les brinda alojamiento básico, alimentos, tratamiento médico y ropa, pero aún no existe una solución a largo plazo para los refugiados.

“Todavía estamos evaluando sus necesidades. La mayoría de estas familias huyeron casi con nada”, explicó Andrew Harper, representante del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (Acnur) en Jordania.

Acnur registró el ingreso de 120 iraquíes por día en agosto y septiembre, de los cuales más de 60 por ciento declaraba que el miedo al EI era su razón para huir de Iraq.

Aproximadamente 11.000 iraquíes se registraron con Acnur este año, lo que lleva el número total de refugiados de ese país en Jordania a 37.067.

Desde 2003, Jordania es el hogar de miles de refugiados iraquíes. Muchos de ellos viven en condiciones terribles, ganándose la vida a duras penas a medida que los fondos asistenciales desaparecen.

“Los refugiados iraquíes permanecen al margen de los donantes y las instituciones”, sostuvo Eman Ismaeel, gerente del programa de refugiados iraquíes de la organización humanitaria CARE International en Ammán.

Impedidos de trabajar legalmente, los iraquíes viven en los vecindarios más pobres del este de Ammán y Zarqa. Luchan para pagar el alquiler y enviar a sus hijos a la escuela.

La afluencia de refugiados iraquíes generó un desafío para las agencias de ayuda que trabajan en Jordania, y que ya alberga a más de 618.500 refugiados sirios.

“Tenemos más refugiados que nunca desde la Segunda Guerra Mundial, pero los recursos son mínimos”, recalcó Harper. “Los desafíos surgen todos los días, pero esperamos superarlos con la ayuda internacional”, agregó.

La mayoría de los recién llegados iraquíes entrevistados por IPS dijeron que quieren vivir en países occidentales. “Medio Oriente ya no es seguro para nosotros”, dijo Hanna, de 60 años. “Como cristianos hemos sufrido desde 2003 y siempre temimos la persecución”, agregó. Ella y sus hijas se cubrían el cabello para “evitar el acoso”, indicó.

Pero el reasentamiento a otros países “es un proceso largo y se realiza según criterios de vulnerabilidad”, explicó Harper. Miles de iraquíes en Jordania lo están esperando desde hace años, dijo.

En su refugio en Marka, Marvin señala una foto de su casa en Mosul estampada en rojo con la leyenda “propiedad del Estado Islámico” y “Nfor Nasara” (cristianos, en árabe). Un amigo musulmán que sigue viviendo en su ciudad natal le envió la imagen. Posteriormente, el mismo amigo le informó por correo electrónico que miembros del EI habían ocupado la vivienda.

Aunque ya perdió la esperanza de que él y su familia puedan volver a Iraq algún día, Marvin todavía cree que las oraciones podrán devolverle la paz.

“Siempre rezamos por la seguridad del Mosul de 10 años atrás, donde todos convivían en paz”, expresó.

Editado por Phil Harris / Traducido por Álvaro Queiruga

Fonte: <http://www.ipsnoticias.net/2014/10/miles-de-cristianos-iraquies-perseguidos-por-ei-huyen-a-jordania/> - 31.10.2014

Los cristianos en el mundo árabe: una especie en extinción

Christian C. Sahrer

En estas Navidades, como en todas, miles de peregrinos y turistas viajarán a Oriente Medio para celebrar las fiestas en la tierra de la Biblia. En Belén, lugar de nacimiento de Jesús, el Patriarca Latino de Jerusalén celebrará la Misa del Gallo, mientras en Siria, donde algunos cristianos hablan todavía dialectos del arameo, similares a la antigua lengua que hablaba Jesús, es probable que las celebraciones estén amortiguadas, limitadas por los peligros de una guerra que está destrozando el país.

En un momento en el que Oriente Medio está en llamas con una guerra sectaria, la observancia de la fiesta cristiana es un triste recordatorio de que la diversidad religiosa, étnica y cultural distintiva está desapareciendo rápidamente. Al comienzo del siglo XX, los cristianos representaban el 20 por ciento,

aproximadamente, del mundo árabe. En ciertas zonas, incluidos el Egipto meridional, las montañas del Líbano y la Anatolia sudoriental, constituían una mayoría absoluta. Actualmente, tan sólo el cinco por ciento del mundo árabe es cristiano y muchos de los que quedan lo están abandonando, forzados por la persecución y la guerra.

También los judíos, que en tiempos tenían una presencia muy viva en ciudades como El Cairo, Damasco y Bagdad, han desaparecido prácticamente de las partes predominantemente musulmanas de Oriente Medio y se han trasladado a Israel, Europa y Norteamérica. Incluso en las comunidades musulmanas, la diversidad ha ido disminuyendo. En ciudades como Beirut y Bagdad, los barrios mixtos se han ido homogeneizando, a

medida que los suníes y los chiíes buscan refugio frente a los ataques sectarios y la guerra civil.

La mengua de la diversidad en Oriente Medio se remonta a más de un siglo atrás, a los episodios de depuración étnica y religiosa que se produjeron durante el Imperio Otomano, incluidos el desplazamiento y la matanza de 1,5 millones de armenios y cristianos sirios en la Anatolia oriental. Después del hundimiento de dicho imperio en 1918, el ascenso del nacionalismo árabe situó la lengua y la cultura árabes en el centro de la identidad política, lo que ha privado de derechos a muchos grupos étnicos no árabes, incluidos los kurdos, los judíos y los sirios. Muchos griegos que habían vivido en Egipto durante generaciones, por ejemplo, perdieron sus medios de vida en el decenio de 1950, cuando el Presidente Gamal Abdel Nasser, el gran portaestandarte del panarabismo, nacionalizó las empresas y las industrias de propiedad privada. Otros se vieron obligados a huir pura y simplemente del país.

El ascenso del islam político, a raíz de la guerra árabo-israelí de los Seis Días en 1967, asestó otro golpe a las minorías religiosas. Al promover un renacimiento islámico como solución para los males de esa región, el islamismo provocó la marginación de los no musulmanes, incluidos grupos que habían desempeñado durante siglos papeles importantes en la vida política, económica y cultural de esa región. A consecuencia de ello, en lugares como Egipto, los cristianos han afrontado una discriminación social y una violencia muy duras, a veces a manos del Estado nominalmente secular.

Los levantamientos de la primavera árabe entrañaron nuevas amenazas graves para la diversidad religiosa y cultural en Oriente Medio. Muchos de los regímenes autoritarios ahora amenazados de hundimiento cultivaron el apoyo de las minorías. Así fue en particular en Siria, donde el Partido Baas, dominado por los alauíes, fomentó los lazos con los cristianos y otras comunidades pequeñas presentándose como un baluarte de secularismo y estabilidad frente a una mayoría suní supuestamente amenazadora. Ahora que los suníes de Siria se han levantado contra sus gobernantes alauíes, la lealtad de los cristianos para con el régimen se ha convertido en un estorbo e incluso un peligro. En algunos lugares, se considera a los cristianos cómplices de la brutal represión del Gobierno, con lo que resultan blancos de ataques.

El ascenso del Estado Islámico a lo largo del último año ha desencadenado aún más violencia contra las minorías. Impulsado por una fundamentalista

ideología wahabi y un afán ilimitado de derramamiento de sangre, el Estado islámico aspira a regresar a un imaginario califato premoderno que subyugue a los chiíes y trate a los no musulmanes como ciudadanos de segunda clase. Cuando el Estado islámico captura una ciudad, sus combatientes ofrecen a los cristianos la elección entre el pago de un impuesto medieval denominado *jizya*, la conversión al islam o morir asesinados. Muchos se limitan a huir.

Los yazidíes del norte del Iraq, de cuya difícil situación en el Monte Sinjar se habló mucho el verano pasado, tienen aún menos suerte. El Estado Islámico los considera paganos y, por tanto, indignos de las protecciones tradicionales concedidas a los cristianos o judíos conforme a la Ley Islámica. A consecuencia de ello, muchos yazidíes son asesinados o esclavizados.

Además de perseguir a las minorías, el Estado Islámico ha decidido borrar todos los rastros físicos de la diversidad religiosa. Sus fuerzas han demolido los santuarios sufíes, las mezquitas chiíes, las iglesias cristianas y los monumentos antiguos que consideran vestigios de un pasado profano y corrupto.

La protección por parte de los gobiernos occidentales de las minorías religiosas y étnicas en esa región ha sido un asunto polémico durante más de un siglo y sigue siéndolo actualmente. Muchos suníes, por ejemplo, acusan a los Estados Unidos de favoritismo: estos últimos intervienen para proteger a los kurdos, los yazidíes y los cristianos en el norte del Iraq, según dicen, pero hacen poco para detener las matanzas de centenares de miles de suníes en Siria. En realidad, la complicada historia de los Estados Unidos en materia de relaciones entre las iglesias y el Estado en su propia tierra los ha vuelto reacios a intervenir a favor de grupo religioso alguno en el extranjero, sobre todo cuando su población es pequeña.

El fin de la diversidad en Oriente Medio es una tragedia no sólo para quienes han muerto, huido o sufrido. Esa región en conjunto padecerá las consecuencias negativas de su ausencia. Las minorías han servido históricamente de intermediarias entre Oriente Medio y el mundo exterior y, si desaparecen, esa región perderá una clase importante de dirigentes culturales, económicos e intelectuales.

La forma como una sociedad aborda la diversidad religiosa y étnica puede decirnos mucho sobre su capacidad para sortear los desacuerdos y transformar el pluralismo de una complicación en un activo. Sin embargo, en Oriente Medio se considera con demasiada frecuencia que la

diversidad es una causa de debilidad. Se debería considerarla un valor, digno de protección.

Christian C. Sahner is the author, most recently, of Among the Ruins: Syria Past and Present. Traducido del inglés por Carlos Manzano

Fonte: <http://www.almendron.com/tribuna/los-cristianos-en-el-mundo-arabe-una-especie-en-extincion/> - 19.12.2014

Los sijs, víctimas de persecución religiosa en Pakistán

Ashfaq Yusufzai

(IPS) - Balwan Singh, un comerciante sij de 84 años que vive en la provincia pakistani de Jyber Pajtunjwa, ya superó hace rato la edad para retirarse, pero todas sus ilusiones de pasar sus años dorados en paz y seguridad se hicieron trizas.

La comunidad sij de Pakistán está integrada por 40.000 de los 182 millones de habitantes del país. Y aunque constituye una minoría diminuta, sus miembros se sienten muy unidos a Pakistán, donde se cree que nació Guru Nanak, fundador del sijismo.

Los sijs viven desde el siglo XVII en la frontera entre Afganistán y Pakistán, en medio de tribus de idioma pashto. Sin embargo, en la última década las Áreas Tribales Administradas Federalmente (FATA) –otrora remanso de seguridad para los sijs que huían de la persecución religiosa– se volvieron un lugar hostil, violento y, a veces, directamente mortal para esa comunidad religiosa.

Para muchos, ahora la situación implica un verdadero regreso a las oscuras épocas de la persecución religiosa.

Balwan Singh es apenas uno de los muchos sijs que abandonaron sus hogares y negocios en las FATA para refugiarse en la vecina Jyber Pajtunjwa (ex Provincia de la Frontera Noroccidental).

“Estamos extremadamente preocupados por la seguridad de nuestras pertenencias y nuestras propiedades”, dijo a IPS este hombre que ahora está al frente de una tienda en la capital de la provincia, Peshawar.

Aquí, él está registrado como desplazado, junto con otros 200.000 que huyeron en bandadas de las FATA desde que en 2001 grupos insurgentes empezaron a ejercer control sobre la región.

Llamando “infieles” a los sijs, el movimiento extremista Talibán y otros grupos armados dispararon una ola de hostilidad hacia la comunidad, destruyendo comercios y secuestrando a varias personas.

Otros recibieron amenazas de grupos islámicos del área, que los obligaron a pagar un impuesto por ser “no musulmanes”.

Según registros policiales, solo en el último año y medio fueron asesinados ocho sijs. Cuando Balwan Singh llegó a Peshawar fue uno de 5.000 que buscaban seguridad.

“Queremos volver, pero las amenazas de los insurgentes obstaculizan nuestros planes”, explicó.

Karan Singh, otro sij oriundo de la agencia de Jyber, una de las siete que integran las FATA, dijo que los pedidos al gobierno para que los ayudara a volver de manera segura cayeron en oídos sordos.

“Tal vez el gobierno no nos concede el permiso de volver porque no quiere enfurecer al Talibán”, especuló quien también es un desplazado que actualmente vive en Jyber Pajtunjwa.

A este hombre de 51 años, que ahora posee una tienda de productos médicos en Peshawar, le preocupa el escaso movimiento del negocio. “Ganábamos buen dinero con la venta de medicinas en la agencia de Jyber, pero agotamos todo nuestro efectivo desde que fuimos desplazados”, dijo.

De hecho, muchos sijs eran dueños de negocios, contribuyendo en gran medida a la economía del norte de Pakistán.

Ahora, cientos de comercios están abandonados, y decenas de sijs dependen de la ayuda del gobierno. La familia promedio necesita unos 500 dólares mensuales para sobrevivir, suma muy superior al paquete de asistencia de 200 dólares que actualmente reciben.

La situación dio un giro dramático en junio de este año, cuando una ofensiva patrocinada por el gobierno en la agencia de Waziristán del Norte, que buscaba erradicar de allí a los insurgentes de una vez por todas, obligó a decenas de personas a huir de sus hogares en medio de los bombardeos.

Unas 500 familias sijs estuvieron entre quienes escaparon a Peshawar. Ahora viven en campamentos improvisados, incapaces de ganarse la vida, acceder a suministros y centros médicos o enviar a sus hijos a la escuela.

Mientras algunas familias son trasladadas y reubicadas, los sijs se quejan de que siempre los

dejan de lado. “Visitamos puestos de registro establecidos por el gobierno para facilitar nuestra repatriación, pero fue en vano”, relató Karan Singh.

Nazir S. Bhatti, presidente del Congreso Cristiano de Pakistán, dijo que “unas 65 familias cristianas, 15 hindúes y 20 sijs todavía tienen que registrarse en el puesto de control tras abandonar la agencia de Waziristán del Norte, que las ha privado de (la posibilidad de acceder) a asistencia de alivio”.

Según Mohammad Rafiq, profesor del Departamento de Historia de la Universidad de Peshawar, los sijs son la minoría religiosa más grande de Pakistán, después de los hindúes y los cristianos.

Rafiq dijo a IPS que estas minorías no solo tienen que lidiar con el Talibán, sino con otros fundamentalistas islámicos que consideran a todo no musulmán como una amenaza a su religión. Siguiendo la misma lógica, los hindúes y los cristianos enfrentan problemas similares: amenazas, desalojos y, a veces, intimidación violenta.

Los secuestros para cobrar rescates también surgieron como un problema importante: unos 10 sijs fueron secuestrados solamente el año pasado, alentando a muchos a empacar sus pertenencias y marcharse a ciudades como Peshawar, señaló Sardar Bishon Singh, expresidente del Comité Sij Gurdwara Parbandhak de Pakistán.

Su comercio en Lahore, capital de la provincia de Punjab donde vive, fue saqueado en septiembre de 2013, pero según él la policía ni siquiera registró su denuncia. Le robaron 80.000 dólares, relató.

La policía tiene miedo porque “los talibanes están involucrados” y no puede hacer nada contra ellos, sostuvo.

Las raíces políticas

Expertos señalaron que el problema va más allá de la persecución religiosa en las conflictivas áreas

El Papa lamentó la violencia terrorista en Nigeria

(Notimex) - El Papa lamentó la violencia terrorista que golpea por igual a cristianos y musulmanes en Nigeria, víctima del avance del grupo Boko Haram el cual sólo utiliza como excusa a la religión.

“Nuestra nación se enfrenta a serias dificultades, incluidas formas nuevas y violentas de extremismo y fundamentalismo étnico, social y religioso”, indicó en una carta enviada a los obispos nigerianos y dada a conocer este día por el Vaticano.

tribales de Pakistán, y que se originan en las raíces mismas del sistema político del país.

“La Constitución limita los derechos políticos de los no musulmanes de Pakistán”, dijo Javid Shah, un abogado que reside en Lahore.

“Solo los musulmanes tienen permitido ser presidente o primer ministro, o ser jueces del Tribunal Federal de la Shariá, que tiene el poder de revocar cualquier ley que considere antiislámica”, explicó.

Él cree que estas cláusulas de la Constitución han alentado a la mayoría de los pakistaníes a tratar a las minorías como ciudadanos de segunda categoría.

Esta mentalidad quedó clara en distintos episodios. El 6 de agosto, el comerciante sij Jagmohan Singh fue asesinado y otros dos resultaron heridos en un ataque contra un mercado en Peshawar. Antes, el 14 de marzo, mataron a dos sijs en el distrito de Charsadda, en Jyber Pajtunjwa.

Aunque los testigos oculares denunciaron negligencia de parte de las autoridades, algunos creen que el gobierno hace todo lo que puede por afrontar la situación.

El legislador Sardar Sooran Singh, de Jyber Pajtunjwa, insistió en que los sijs gozan de los mismos derechos que los ciudadanos musulmanes, y que el gobierno también los protege.

El jefe de policía de Peshawar, Najibullah Kan, dijo a IPS que sus oficiales estuvieron patrullando mercados de la ciudad donde comercios de dueños sijs podrían ser atacados.

“También les hemos sugerido que eviten salir de noche, y que informen a la policía sobre cualquier amenaza que reciban”, añadió.

Editado por Kanya D’Almeida

Fonte: <http://www.ipsnoticias.net/2014/11/los-sijs-victimas-de-persecucion-religiosa-en-pakistan/>

- 20.11.2014

por sus recursos naturales como por su potencial comercial.

“Tantos nigerianos han sido asesinados, heridos y mutilados, secuestrados y privados de todo: de sus seres queridos, de sus tierras, de sus medios de vida, de su dignidad, de sus derechos. Muchos no han podido regresar a sus hogares”, constató.

“Los creyentes, tanto cristianos como musulmanes, se han visto unidos en un trágico final a manos de personas que dicen ser religiosas, pero que abusan de la religión para convertirla en una ideología que se doblegue a sus intereses de opresión y muerte”, refirió.

Aunque en ningún momento incluyó el término Boko Haram en su escrito, se refirió evidentemente a esa organización terrorista que en los últimos años ha sembrado el terror en el norte de Nigeria y

que hace pocas semanas anunció públicamente su afiliación al Estado Islámico, que opera en Irak y Siria.

Por su parte a los obispos nigerianos el Papa les recordó que la paz no es sólo la ausencia de conflictos, el resultado de un acuerdo político o un “fatalismo resignado” sino que, para los cristianos, es “un don que viene de lo más alto”.

Insistió que, al mismo tiempo, la paz es un compromiso diario, valiente y auténtico para fomentar la reconciliación, es promover la experiencia de compartir, construir puentes de diálogo, servir a los más vulnerables y a los excluidos.

Fonte: <http://yucatan.com.mx/internacional/el-vaticano/el-papa-lamento-la-violencia-terrorista-en-nigeria> - 17.03.2015

ITALIANO

Nel 2030 l'Europa sarà davvero islamica? Ecco cosa ci dice la demografia

Il libro "Soumission" di Michel Houellebecq (da domani anche in Italia) ha sollevato scalpore. Ma i numeri dicono altro

Massimo Livi Bacci

La crescita delle popolazioni euro-islamiche è protagonista di rilievo – ma mai ufficialmente riconosciuta – nel dibattito sulla natura dell'Europa, le sue radici culturali, la convivenza civile, l'allargamento ad oriente e alla Turchia. A falsare il dibattito c'è la diffusa convinzione che le popolazioni musulmane – nei paesi di origine, come in quelli di destinazione – siano caratterizzate da una irrefrenabile dinamica destinata ad insidiare gli equilibri demografici nel nostro continente. Eppure, la rivoluzione demografica nel mondo islamico, anche se iniziata con ritardo, è quasi ovunque in pieno corso. Nel 2005-10, secondo le valutazioni delle Nazioni Unite (2011) la fecondità era approdata a livelli relativamente moderati: limitandoci ai paesi più popolosi, il numero di figli per donna era sceso a 1,8 in Iran; 2,1 in Indonesia e Turchia; 2,4 in Bangladesh; 2,8 in Egitto; 3,6 in Pakistan. Un terzo, o la metà, dei livelli prevalenti prima degli anni '80.

Vale la pena, per porre sul binario giusto il dibattito politico e culturale, ragionare sul futuro delle “comunità euro-islamiche”. Delimitiamo il campo del discorso: ragioneremo nell'ipotesi che l'UE

rimanga con 27 membri, al netto della Turchia che, con i suoi 80 milioni di abitanti, rappresenterebbe ben il 14% della popolazione di un'Unione che la comprendesse. E' ovvio che con l'accesso della Turchia, l'assetto europeo subirebbe un mutamento profondo. L'accesso dei Paesi della ex-Jugoslavia e dell'Albania, attualmente fuori dalla UE (ma ne costituiscono una enclave e appaiono “destinati” ad essere incorporati, prima o poi) aggiungerebbe una popolazione musulmana autoctona considerevole (pari oggi a 7-8 milioni) ma pur modesta relativamente alla consistenza di oltre mezzo miliardo della popolazione dei 27 paesi. Al netto dei futuri accessi, la stima attuale (2010) della popolazione di religione islamica è di circa 19 milioni, pari al 3,8 per cento della popolazione totale (Tabella 1).

Solo in Bulgaria la comunità islamica (circa un milione) ha radici antiche; negli altri paesi essa ha origine, per lo più, nell'immigrazione dell'ultimo mezzo secolo. L'incidenza islamica più alta (a parte la Bulgaria e Cipro, casi particolari) è in Francia (7,5%) seguita da Belgio, Austria e Olanda (5,5-6%); tra il 4 e il 5% si situano Danimarca,

Germania, Svezia e Regno Unito; tra il 2 e il 3% stanno Italia, Spagna, Slovenia, Norvegia e Lussemburgo; negli altri paesi (paesi baltici, dell'Europa orientale, Portogallo e Malta) tale proporzione – meno dell'1% – è trascurabile.

L'opinione pubblica si domanda, tuttavia, quale siano le potenzialità di sviluppo della componente musulmana dell'Europa; se questa non sia destinata ad una rapida crescita, diventando parte molto consistente della società, anche per la debolezza demografica della popolazione autoctona. Discutiamo brevemente le prospettive migratorie e quelle sulla natalità degli immigrati islamici.

Per quanto riguarda le migrazioni, la crisi economica, le politiche di ammissione più restrittive e lo scaricarsi della molla demografica ed economica fanno ritenere che l'immigrazione dai paesi islamici possano attenuarsi nel futuro, al netto di terremoti politici. Nel ventennio 1970-90, il saldo netto migratorio dei paesi musulmani mediterranei fu pari a -6,3 milioni, diminuito lievemente a -5,5 milioni nel ventennio successivo 1990-2010 (pur in presenza di una popolazione aumentata mediamente del 30%). Il deficit migratorio del Marocco è più che raddoppiato tra i due periodi; quello dell'Egitto è rimasto stazionario; Libano, Giordania e Siria hanno registrato saldi positivi, e così la Turchia, negli ultimi anni. Sono risultati che risentono – per i paesi dell'est del Mediterraneo – degli sconvolgimenti politici dei paesi vicini e dei movimenti di rifugiati.

Si può anche azzardare un calcolo esplorativo: supponiamo che nel futuro l'emigrazione netta mediterranea rifluisca tutta in Europa, alimentando la popolazione islamica che vi risiede. E' ovvio che così non è, perché tali flussi hanno anche altre destinazioni (attratti dal mercato del lavoro delle economie del petrolio dei paesi del Golfo, per esempio); ma supponiamo che ci sia una compensazione con i flussi di immigrati di religione islamica provenienti dall'Africa (Nigeria, ad esempio) o dall'Asia (Pakistan, Bangladesh). Ipotizziamo che per le considerazioni sopra indicate (politiche più restrittive, crisi o scarso dinamismo economico, minore esuberanza demografica dei paesi di partenza) l'immigrazione verso l'Europa si dimezzi. In questo caso, la popolazione islamica europea (19 milioni nel 2010) si accrescerebbe di circa 130-140.000 unità all'anno (circa lo 0,7%) in conseguenza dell'apporto migratorio, contro un valore proporzionalmente quasi triplo nel ventennio precedente.

Quali sono i modelli riproduttivi degli stranieri nei paesi di immigrazione e particolarmente di quelli

che provengono da regioni ad alta o altissima natalità? Si rischia, a lungo andare, un effetto di "spiazzamento" della popolazione autoctona per la crescita incontrollabile della popolazione di origine straniera? L'esperienza storica indica che nel giro di una generazione la convergenza dei modelli riproduttivi tra le popolazioni ospiti e quelle ospitanti tende ad essere quasi completa. La contemporanea esperienza europea suggerisce che la selezione favorisce la migrazione di donne con modelli riproduttivi più moderati rispetto alla media del paese di origine. Al termine del periodo riproduttivo esse sembrano attestarsi su livelli lievemente superiori ai due figli per donna, più alti di quello del paese di destinazione, ma non tale da imprimere un'accelerazione di qualche rilievo alla popolazione che li riceve. In Francia (1991-98), il numero medio di figli per le donne immigrate dal Maghreb fu di 2,8 (contro 3,3 nei paesi di origine), per quelle provenienti dal resto dell'Africa 2,9 (contro 5,9), per quelle provenienti dall'Asia 1,8 (contro 2,9) (Toulemon, 2004). In Lombardia, è stato calcolato, per il 2008, il numero medio di figli avuti dalle donne immigrate con più di 40 anni – e che perciò avevano quasi completato il loro ciclo riproduttivo – secondo la regione di nascita (Ismu, 2011). Ebbene, tale numero medio era nettamente maggiore – ma in sé tutt'altro che elevato – per le donne immigrate che non per le autoctone (1,9 contro 1,4); per le donne nordafricane si trattava di 2,1 figli; per le altre provenienze africane 2,2; per le latinoamericane 2, per le asiatiche 1,9; per le europee (non UE), 1,7.

La conclusione è che nel mondo contemporaneo il vantaggio riproduttivo degli immigrati di prima generazione sugli autoctoni è sensibile. Per le successive generazioni è, però, vicino allo zero e, alla lunga la componente di origine immigrata tende a crescere alla stessa velocità della popolazione di origine autoctona.

Quale potrebbe essere, dunque, l'evoluzione futura della popolazione islamica in Europa? Secondo le stime del Pew Center riportate nella Tabella 1, questa è aumentata da 10,4 a 19,1 milioni tra il 1990 e il 2010 (solo in Italia, da 0,8 a 1,5), con un tasso medio d'incremento molto alto, pari al 3%. Nel ventennio 2010-2030, i musulmani crescerebbero a 30,2 milioni, con un incremento sceso a 1,5%. L'alto incremento nel ventennio trascorso è dovuto a: 1) un alto flusso di immigrazione destinato, in futuro, a diminuire (crisi economica, venir meno della molla demografica nei paesi di partenza, legislazioni più restrittive); 2) un alto incremento naturale della popolazione immigrata, alimentato sia dall'alta natalità sia da una struttura per età giovane – due fattori che

vanno però rapidamente perdendo la loro forza propulsiva. E' perciò fondato ritenere che il ritmo d'incremento vada gradualmente riducendosi nel corso dei prossimi decenni, dal 3 per cento del passato ventennio ad un tasso annuo nell'ordine dell'1 per cento, o meno, verso la metà del secolo. Se la crescita media fosse dell'1 per cento – dal 2010 al 2050 – la popolazione islamica crescerebbe da 19 a 29 milioni; se del 2 per cento approderebbe a 43 milioni, se al 3% a 64 milioni. Nei tre casi esaminati, l'incidenza sulla popolazione della UE-27 crescerebbe dal 3,8% (2010) al 5,8; 8,6 o 12,8%, secondo i tassi di crescita esemplificati. Se costretti a dare un'indicazione orientativa, si potrebbe suggerire una cifra nell'intorno di 40 milioni attorno al 2050.

Certo, ragionare sui numeri non basta. O meglio, non bastano le cifre poste in campo: troppo sommarie, troppo incerte, troppo ipotetiche. Molti altri aspetti, peraltro misurabili, andrebbero esplorati: oltre all'acquisizione della cittadinanza, la concessione del voto amministrativo; i matrimoni misti; i modelli familiari; la mobilità e le particolarità insediative; l'istruzione e la riuscita scolastica; l'occupazione femminile. Tutti indicatori del grado di separatezza o di interazione degli immigrati e dei loro discendenti con la società che li ospita – elementi cruciali per seguire il loro percorso e per costruire e modulare le politiche più adatte.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3178-nel-2030-l-europa-sara-davvero-islamica-ecco-cosa-ci-dice-la-demografia>
21.01.2015

Attacco alla libertà di Culto

Anche le confessioni religiose non islamiche hanno espresso il loro netto dissenso alla legge regionale lombarda ribattezzata "anti-moschee". In Italia si dimostra che la tutela della libertà religiosa e di pensiero non è un dato acquisito.

Enrico Casale

Ufficialmente dovrebbe regolare la complessa questione della costruzione dei luoghi di culto non cattolici. I media l'hanno però subito ribattezzata «legge anti-moschee». Approvata il 27 gennaio (Giornata della memoria) dal Consiglio regionale lombardo (governato da una maggioranza di centrodestra) è il primo esempio in Italia di regolamentazione regionale di questa materia (in assenza di norme nazionali). E si tratta di una regolamentazione assai stringente.

Inizialmente prevedeva che le sole confessioni religiose che avevano sottoscritto un'intesa con lo stato italiano potessero erigere luoghi di culto. Quindi, venivano palesemente esclusi i musulmani che non hanno mai sottoscritto intese con il governo. Solo un emendamento dell'ultimo minuto ha concesso alle confessioni senza intesa di procedere comunque alla costruzione, ma a patto che i loro statuti «esprimano il carattere religioso delle loro finalità e il rispetto dei valori della Costituzione».

La normativa, però, pone limiti molto rigidi. Tra essi: la presenza di videosorveglianza con telecamere (a spese dei gestori della struttura religiosa), parcheggi pubblici con una superficie non inferiore al 200% di quella dell'edificio, distanze minime da edifici religiosi di altre confessioni. Impone poi ai comuni di realizzare piani per le attrezzature religiose che regolino l'apertura dei luoghi di culto. Luoghi di culto che dovranno anche essere «congrui» con le

«caratteristiche generali e peculiari del paesaggio lombardo». Gli stessi comuni potranno infine indire referendum sull'eventuale apertura.

Questa legge non ha suscitato solo l'opposizione delle minoranze in consiglio, ma anche quella di tutte le confessioni religiose. Netto il dissenso arrivato dalla Conferenza evangelica nazionale. I valdesi hanno commentato polemicamente: ancora una volta in Italia si dimostra che la tutela della libertà religiosa e di pensiero non è un dato acquisito. I musulmani sufi del Coreis, per bocca del loro leader Sergio Yahya Pallavicini, hanno parlato di incostituzionalità della legge regionale. «Bisogna affrontare più seriamente – ha dichiarato Pallavicini al quotidiano Avvenire – le reali esigenze dei musulmani e di tutti i credenti in Lombardia per trovare coordinate che garantiscano la libertà religiosa e la sicurezza». Sulla stessa linea i musulmani del Coordinamento associazioni islamiche di Milano, Monza e Brianza, tramite la voce di un loro esponente, Omar Jibril, in un'intervista a Nigrizia sull'argomento.

Anche la Chiesa cattolica è scesa in campo. Mons. Luca Bressan, vicario episcopale dell'arcidiocesi di Milano, ha commentato: «Resta da capire se questa legge è conforme alle disposizioni cui, come ogni atto legislativo, deve sottostare e se sarà in grado o meno di garantire effettiva libertà di culto. Vista la rilevanza e la delicatezza del tema, occorre giungere alla costruzione di questi strumenti

legislativi in modo meno frammentario e precipitoso».

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3219-attacco-alla-liberta-di-culto>

04.02.2015

Padre Mussie, "L' Ancora" dei profughi

Fra i candidati al premio Nobel per la pace di quest'anno c'è anche Padre Mussie Zerai, sacerdote eritreo quarantenne, che da anni dedica la sua vita a chi scappa da guerre e dittature. Designazione che esprime tutta la gravità assunta dall'emergenza migratoria nel nostro tempo.

Bianca Saini

Padre Mussie Zerai, conosciuto ormai anche come l'angelo dei profughi, eritreo, 40 anni, scalabriniano, è tra i candidati al Premio Nobel per la Pace di quest'anno. E questa è di per sé una notizia bella e commovente, ma anche politicamente importante, almeno per noi italiani e per gli europei tutti.

La sua candidatura è stata avanzata direttamente da Kristian Berg Harpiken, direttore dell'Istituto di ricerca internazionale per la pace di Oslo, a testimonianza che il suo operato a favore delle persone in fuga da guerre e dittature e in pericolo nel Mar Mediterraneo, ha attirato l'attenzione ai massimi livelli. Ma anche a dimostrare che il problema migratorio è un'emergenza del nostro tempo e che le politiche in materia sono così inadeguate, ed ingiuste, da meritare di essere considerate come una crisi profonda al punto da far meritare il Premio Nobel per la Pace a chi si spende per affrontarla.

Padre Mussie ne è ben consapevole. Venuto a conoscenza della candidatura, che lo mette insieme ad altri illustri personaggi, tra cui Papa Francesco, ha dichiarato: «In realtà, io faccio solo ciò che ritengo giusto. Mi limito a cercare di attuare quello che proprio il Papa ha indicato fin da quando si è insediato: andare verso le periferie e schierarsi dalla parte degli ultimi della terra, per guardare ai problemi con i loro occhi. Niente di più. E se tutto questo è riconosciuto degno del Nobel, allora mi auguro che serva a spingere il Nord del mondo, i potenti della terra come dice papa Bergoglio, ad abbattere le mura della Fortezza Europa arrivando a un sistema di accoglienza unico, accettato e condiviso da tutti gli Stati dell'Unione e a cambiare finalmente la politica condotta nel Sud del mondo. Perché spesso è proprio questa politica a costringere milioni di giovani ad abbandonare la propria casa».

La candidatura arriva dopo un anno, il 2014, in cui il problema dei profughi in fuga verso l'Europa è esploso. Sono stati quasi 170 mila gli sbarchi in Italia, oltre 3.600 i morti nel Mediterraneo, davanti alle nostre coste. È stata una escalation continua

che, secondo gli ultimi dati dell'Unhcr, nell'ultimo anno ha portato a 53 milioni il numero delle persone costrette nel mondo a scappare dal proprio paese per mettersi in salvo. Scioccante, come scioccante è il numero delle vittime nel mare di casa nostra. Se poi si allarga il quadro a tutte le vie di accesso, stime documentate affermano che negli ultimi 20 anni sarebbero poco meno di 30.000 (29.889, secondo il sito francese Carnet Neocarto Grafique, che rende efficacemente il montare della crisi in forma grafica) i migranti che hanno perso la vita cercando di raggiungere l'Europa. A fronte di questa tragedia, l'Europa non ha saputo fare altro che proteggersi, con programmi di sorveglianza, come Frontex, per non parlare dello squallore legislativo italiano in materia di migrazioni e di accoglienza, che hanno spinto i profughi su rotte sempre più pericolose e nelle mani dei trafficanti di esseri umani.

In questo contesto è ancor più rimarcabile l'azione di padre Mussie, che, nel suo piccolo, ha fondato un'associazione, l'agenzia Habeshia (dal nome con cui eritrei ed etiopici dell'altopiano chiamano se stessi) che si occupa d'accoglienza, e ha lasciato che il suo personale numero di telefono diventasse il «telefono rosso» per chi era in difficoltà durante l'attraversata del Mediterraneo, passato di bocca in bocca e graffiato fin sui muri delle celle delle prigioni libiche, pagate con i soldi delle nostre tasse, in forza degli accordi per fermare i flussi migratori tra i governi Berlusconi, in cui Maroni era ministro degli interni, e Gheddafi. Ha salvato così circa 5.000 persone da morte certa. La sua storia, sempre gestita senza protagonismo, ma come un modo normalmente umano di affrontare le difficoltà che la vita ci presenta, e mostra al nostro prossimo, sta diventando, giustamente, un'epopea. Il The New Yorkers, prestigioso periodico culturale americano, gli ha dedicato un lungo, emozionante, racconto intitolato, "L'ancora", definizione davvero appropriata.

La candidatura al Nobel è solo il primo passo per l'assegnazione del prestigioso premio; vedremo tra qualche mese quale sarà la scelta definitiva. Ma padre Mussie prende comunque l'occasione per

lanciare il suo appello. In un'intervista alla rivista Vita, alla domanda su quale sarebbe la sua richiesta, se poi alla fine il Nobel fosse assegnato a lui, in linea con il suo operato e la sua personalità, risponde: «Vorrei che i legislatori europei cominciasse a guardare le situazioni di emergenza dei tanti che sono costretti a lasciare la propria casa con i loro occhi, chiedendosi quali sarebbero le loro necessità basilari. Forse la risposta sarebbe diversa da quella attuale: non avremmo un regolamento come "Dublino III" che, per esempio, limita la possibilità di spostarsi nei paesi in cui si hanno già dei parenti, e non

avremmo le scelte politiche di chiusura delle frontiere europee. Infine, probabilmente essi capirebbero che sarebbe molto più efficace prevenire i problemi dell'accoglienza risolvendo i gravi abusi, lo sfruttamento, le violazioni dei diritti dei migranti nelle terre africane limitrofe ai paesi in guerra o in stato dittatoriale. Aprire un corridoio umanitario alla radice eviterebbe i viaggi della speranza e porterebbe a una gestione più regolare del flusso migratorio».

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3234-padre-mussie-l-ancora-dei-profughi> - 09.02.2015

Niente velo a scuola? Il preside fa marcia indietro, "È una discriminazione"

Ritirata la circolare che vietava lo hijab in sei scuole friulane. Il Garante per i diritti della persona: "Restringe la libertà religiosa"

UDINE - Hijab vietato in classe. Un paio di settimane fa, il "fazzoletto o velo che copre talvolta i capelli e parte del viso delle ragazze musulmane" era stato messo al bando in sei scuole dell'Istituto Statale di Istruzione Superiore Malignani, nella bassa friulana.

«Essendo la scuola italiana laica ed indifferente al credo professato dagli allievi e dalle loro famiglie – aveva scritto l'11 febbraio il preside Aldo Durì in una circolare – non sarà accettata da parte di nessuno l'ostentazione e l'esibizione dei segni esteriori della propria confessione religiosa». «Può essere colta – spiegava - come una provocazione e suscitare reazioni di ostracismo, disprezzo o rifiuto».

Il ragionamento era un po' curioso: niente velo in classe per non provocare i razzisti. Quel divieto, però, era illegittimo, perché discriminatorio. Lo ha detto tra gli altri, ma è una posizione che pesa, Walter Citti, Garante Regionale per i diritti della Persona, definendolo una "restrizione alla libertà religiosa, garantita dall'articolo 19 della nostra Carta Costituzionale e dall'articolo 9 della Convenzione Europea dei Diritti dell'Uomo e delle libertà fondamentali, non sorretta da alcuna norma di legge».

In un parere emesso il 17 febbraio, Citti ha scritto anche che il divieto appare "incoerente con gli

obiettivi proclamati di contrastare forme di razzismo, bullismo o di discriminazione religiosa", e anzi rischia di rafforzare ulteriormente tra gli studenti "atteggiamenti di stigmatizzazione, pregiudizio e indifferenza" nei confronti dei coetanei musulmani e degli immigrati dal vicino e medio oriente. Tra l'altro, il preside aveva definito l'utilizzo dello hijab in classe come una forma di "maleducazione".

Non è condivisibile nemmeno il richiamo alla laicità della scuola, perché proprio in nome della laicità della scuola gli studenti andrebbero "educati al rispetto delle differenze". Citti ha concluso che vietare il velo in classe è una discriminazione e quindi contro la circolare poteva essere avviata un'azione legale, con richiesta di risarcimento. Quindi ha chiesto che venisse cancellata.

Quando anche l' Ufficio scolastico regionale per il Friuli Venezia Giulia ha condiviso le conclusioni del Garante, al preside Durì non è rimasto altro da fare che una precipitosa marcia indietro. Giovedì scorso, sul sito dell'Istituto Malignani è apparso un breve ma significativo avviso: "La circolare è ritirata e cessa di avere effetto".

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3294-niente-velo-a-scuola-il-preside-fa-marcia-indietro-e-una-discriminazione>
24.02.2015

E la Bibbia accolse lo straniero

Gianfranco Ravasi

Non è difficile rilevare nella Bibbia, dopo una logica dell'esclusione, una dell'accoglienza, che

costituisce l'ambito in cui Dio agisce per portare i figli d'Israele a essergli testimoni tra le genti. Come

si è visto, Dio, per educare il suo popolo a non sentirsi un privilegiato, invia profeti, che invitano ad aprire il cuore e le braccia a tutti, e sapienti, che trovano i semi di verità dispersi in tutte le culture.

A proposito dell'accoglienza rituale prendiamo ad esempio una pagina cruciale della Bibbia come il Decalogo. Cosa si legge nel comandamento del sabato? Che il riposo sabbatico deve essere praticato anche dal forestiero che dimora presso l'israelita (Es 20,10); anche lui ha diritto al riposo con l'ebreo. In alcuni passi legislativi dell'Antico Testamento, come nei libri del Levitico (16,29) e dei Numeri (9,14), si andrà oltre, affermando che anche lo straniero ha diritto a far festa nel giorno di Pasqua, e a partecipare addirittura a quella celebrazione che è forse la più ebraica di tutte: il Kippur, la solennità del digiuno, dell'espiazione delle colpe. Per il culto sinagogale il Kippur è la celebrazione che in assoluto contraddistingue l'ebreo nell'ambito della liturgia.

Ecco, anche questa festa è aperta allo straniero, se vuole partecipare. E come non ricordare il Terzo Isaia che al capitolo 56 arriva al punto di definire il tempio di Sion come «casa di preghiera per tutti i popoli»? La stessa direzione è percorsa anche dal Primo Isaia al capitolo 2, quando descrive la scena di un'immensa processione di popoli attratti dalla parola del Signore e pronti a ritrovare la pace e la fraternità, «a non alzare più la spada contro un altro popolo» (2,2-5).

Un passo poco conosciuto del profeta Sofonia, più o meno contemporaneo o di poco precedente a Geremia, ci presenta in proposito in un solo versetto un sorprendente bozzetto del tempio di Gerusalemme e del suo culto. Potrebbe trattarsi forse di un sogno, e sicuramente lo è ancora per noi cristiani che non possiamo attuarlo nell'interno delle nostre chiese con tutte le diverse confessioni dei credenti in Cristo. Ecco il ritratto di Sofonia 3,9 con una traduzione italiana molto vicina all'originale ebraico: «Io – dice il Signore – darò a tutti i popoli un labbro puro perché invocino il nome del Signore e lo servano tutti spalla a spalla».

È bella quest'immagine del vedere gli uomini tutti uguali, non ce n'è uno che è più su, che sta sulla predella o nel recinto sacro, come avveniva nel tempio di Gerusalemme, perché più importante e più puro degli altri. Nessuno è inferiore all'altro quando si trova nel luogo di preghiera perché impuro o indegno, ma tutti sono spalla a spalla. Tutti aderiscono allo stesso Dio e tutti hanno il labbro puro quando pregano, anche se le loro invocazioni non sono forse formulate secondo i canoni necessari della ritualità. «Non dica lo straniero che ha aderito al Signore – sarà ancora la

voce del Terzo Isaia al capitolo 56,3 –: certo il Signore mi escluderà dal suo popolo».

La seconda logica dell'accoglienza, dopo quella culturale, è quella sociale; un tema, tra l'altro, che sentiamo attuale e che è continuamente all'ordine del giorno nella nostra società. Siamo vivendo un'esperienza che per molti versi sarà epocale e che qualcuno definisce come qualcosa di simile a quando ci furono le grandi migrazioni e migrazioni dei cosiddetti barbari. In fin dei conti quelle genti erano semplicemente altre popolazioni, con un differente tipo di società e di civiltà, che nello scontro venivano però concepite come diverse, come molto più primitive. Tra parentesi, ricordiamo che, se è vero che talvolta l'evoluzione registra diversità, tuttavia non dobbiamo dimenticare che spesso il concetto di progresso è veramente molto relativo.

Ebbene già nell'Antico Testamento, in diversi passi, troviamo un'importante ammissione che si estende poi anche a livello sociale e politico: «Vi sarà una sola legge per il nativo e per lo straniero che è residente in mezzo a voi» (Es 12,49). Unica è la legislazione quindi per l'ebreo e per lo straniero. Si potrebbe obiettare che dal punto di vista storico Israele probabilmente non ha messo in pratica questa norma, ma questo è un altro discorso. Molti, ancora ai nostri giorni, chiedono di evitare assolutamente di parlare di qualsiasi vaga idea di parità di diritti tra nativi e stranieri.

E questo è segno di paura. Tuttavia non ci dobbiamo dimenticare che la storia concreta ha il suo peso; la comprensione, quindi, è d'obbligo per capire meglio le ragioni dell'altro, sperando che ne abbia, e per giudicare le sue convinzioni non sempre e solo come primitive e istintive. Tuttavia, è necessario essere favorevoli e sostenitori di una cultura incline al dialogo e a uno stile multietnico, senza per questo scadere in una visione irenica che vede l'approccio tra i diversi popoli come una sorta di incontro facile, gioioso e danzato.

Anche nel mondo biblico ci troviamo di fronte a culture che spesso tra loro si respingono e che pongono gravi problemi di tipo sociale. Il principio da cui partire e la meta da raggiungere rimangono, comunque e sempre, non l'esclusione e il rigetto, ma lo spirito di accoglienza, anche se le forze dei popoli nella storia, andando oltre i nostri desideri, premono e risultano essere incontrollabili nel loro flusso e nel loro confronto concreto.

Nella Scrittura anche lo straniero ha diritto al rispetto, alla tutela, all'amore. In Lv 19,33-34, in un'opera che parla dei principi di purità, si legge: «Quando un forestiero dimorerà presso di voi, nel vostro paese, non gli farete torto. Il forestiero

dimorante fra di voi lo tratterete come colui che è nato fra di voi. Tu l'amerai come te stesso, perché anche voi siete stati forestieri nel paese d'Egitto». E quanto questo testo dovrebbe far ricordare agli italiani il loro essere stati emigranti nei secoli scorsi! In questi due versetti è profondamente sottolineato il fatto che occorre amare lo straniero come se stessi, perché anche Israele ha provato

cosa vuol dire essere straniero. Certo, qui si distingue tra il forestiero che è residente rispetto agli stranieri di tutto il mondo, però si osserva che la persona pur «diversa» che abita nella tua stessa via deve aver assicurata la stessa legge, lo stesso trattamento e la stessa tutela e persino l'amore.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3326-e-la-bibbia-accolse-lo-straniero> - 05.03.2015

Islam-terrorismo, l'ingiusta equazione

Dopo Charlie Hebdo. Non sarà l'unanime grido di guerra che sale dalle redazioni dei quotidiani, dai talk show e dai commenti televisivi una manifestazione di impotenza?

Alessandro Dal Lago

"Siamo in guerra!". Nello slogan che ormai mette d'accordo editorialisti di destra e di sinistra, l'aspetto veramente stravagante non è tanto la riesumazione dello scontro di civiltà di Hunting-ton e delle grosso-la-nità di Oriana Fal-laci sull'Islam. È l'assoluta man-canza di con-se-quen-zia-lità stra-te-gica. Viene voglia di rispon-dere: e allora che volete fare? Espel-lere tutti i musul-mani? Chiu-dere le moschee? Esi-gere un giu-ra-mento di fedeltà allo stato, alla lai-cità o al diritto di satira? Aumen-tare i con-si-glieri mili-tari in Iraq? Bom-bar-dare Derna? Inva-dere lo Yemen? Ovvìa-mente, nulla di tutto ciò.

E allora non sarà l'unanime grido di guerra che sale dalle redazioni dei quotidiani, dai talk show e dai commenti televisivi una manifestazione di impotenza o magari di un desiderio inconsapevole?

L'errore sta esattamente nella catena di equazioni che sottintendono il grido di guerra: «terrorismo» uguale Jihad uguale «fanatismo islamico» uguale «Islam radicale» uguale «Islam» tout court. Ne consegue che die-tro ogni velo o barba indos-sata da qual-cuno che si pro-fessa isla-mico c'è un ter-ro-ri-sta reale o poten-ziale. Da qui la grot-te-sca richie-sta di dis-so-cia-zione rivolta in ogni sede o spa-zio dell'opinione pub-blica agli isla-mici. Come se, per dire, a madame San-tan-ché o al gio-vane Sal-vini si fosse richie-sto a suo tempo di dis-so-ciarsi da Brei-vik, il quale, tra l'altro, uccise 77 per-sone. Una richie-sta ridi-cola, ovvia-mente. Ma allora non è il caso di riflet-tere sull'equazione «guerra all'Islam uguale guerra al terrorismo»?

Io non sono credente e ritengo che un serio dibattito sul rapporto tra alcune forme di Islam, soprattutto poli-tico, democrazia e secolarizzazione vada affron-tato, in par-ti-co-lare a sinistra, in cui si è un po' esa-ge-rato con l'apologia del dif-fe-ren-zia-li-smo. Ma credo anche che il primo com-pito delle per-sone respon-sa-bili,

soprat-tutto se eser-ci-tano una fun-zione pub-blica, sia distin-guere e non uni-fi-care fenomeni del tutto diversi sotto la stessa eti-chetta, oggi ine-briante e ras-si-cu-rante, ma domani foriera di ulte-riori disastri.

L'Isis non è al Qaida, i talebani pachistani non sono quelli afgani, L'Arabia saudita non com-batte l'Isis in nome della libertà di parola, Saddam e Gheddafi erano dei dit-ta-tori feroci, ma abatterli è stato uno degli errori più gravi che i paesi occi-den-tali abbiano potuto com-met-tere, il tra-di-zio-na-li-smo reli-gioso non si tra-duce neces-sa-ria-mente in estre-mismo e que-sto in ter-ro-ri-smo e così via. Un gro-vi-glio di que-stioni che chia-mano in causa non solo la natura delle società di là – quelle che ven-gono giu-di-cate inca-paci di darsi isti-tu-zioni solide, ma che sono state rapi-da-mente pri-vate, dai jet occi-den-tali, di quelle che avevano.

Così, è vero che l'ostilità per l'occidente di alcune frange di musulmani non può essere spiegata solo con l'incancrenirsi della situazione palestinese o con slogan anti-colonialisti. Ma è anche vero che leader occi-den-tali acce-cati come Bush, Blair, Sar-kozy e Came-ron (in Libia, con il recal-ci-trante assenso di Obama) hanno distrutto regimi senza alcuna idea di quello che sarebbe venuto dopo, creando disa-stri umani immensi e quindi un risen-ti-mento del tutto comprensibile.

Che il risentimento e l'odio per i simboli occidentali, insieme certamente alla volontà di potenza, alla negazione violenta della libertà femminile e così via, assuma oggi le forme del fasci-smo religioso dell'Isis, non signi-fica che nei con-flitti in corso gli aspetti poli-tici non siano domi-nanti. La crisi attuale è figlia del risen-ti-mento di là e dell'arroganza di qua. Ci pia-ce-rebbe che tutti quelli che oggi bla-te-rano di guerra tra l'occidente e l'Islam pen-sas-sero anche alle guerre volute dai nostri bril-lanti sta-ti-sti in Africa in Asia,

nell'indifferenza dell'opinione pubblica e nella supponenza dei suoi opinionisti.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3325-islam-terrorismo-l-ingiusta-equazione> 05.03.2015

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A “Globalização da indiferença” e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias
94. As RELIGIÕES a serviço da dignidade dos migrantes
95. TRÁFICO DE PESSOAS: O ser humano está à venda?
96. Por uma compreensão mais ampla das MIGRAÇÕES FORÇADAS
97. MULHERES MIGRANTES: entre fronteiras físicas e sociais.
98. Migrações, RELIGIÕES e violência